

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS
E CIÊNCIAS HUMANAS

CLAUDIA MARIA GUARINO

AS FORMAS DE DIVULGAÇÃO DO ESTATUTO DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) E A
RELEVÂNCIA DE SUA CIRCULAÇÃO NA ESCOLA

GUARULHOS
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS
E CIÊNCIAS HUMANAS

CLAUDIA MARIA GUARINO

AS FORMAS DE DIVULGAÇÃO DO ESTATUTO DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) E A
RELEVÂNCIA DE SUA CIRCULAÇÃO NA ESCOLA

Dissertação apresentada à Banca examinadora da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ciências: Educação e Saúde na Infância e na Adolescência, sob orientação do Professor Doutor Marcos Cézar de Freitas.

GUARULHOS
2014

Ficha Catalográfica

Universidade Federal de São Paulo

Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

GUARINO, Claudia Maria.

As formas de divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a relevância da circulação na escola. Claudia Maria Guarino. – Guarulhos, 2014.

89f.

Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2014.

Orientador: Marcos Cézar de Freitas.

Título em Língua Estrangeira

1.Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). 2.Direitos e deveres das crianças e dos adolescentes. 3.cultura impressa. 4.Proteção à criança e ao adolescente.

CLAUDIA MARIA GUARINO

**AS FORMAS DE DIVULGAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE (ECA) E A RELEVÂNCIA DE SUA CIRCULAÇÃO NA
ESCOLA**

Dissertação apresentada à Banca examinadora da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ciências: Educação e Saúde na Infância e na Adolescência, sob orientação do Professor Doutor Marcos Cézar de Freitas.

Aprovado em:

Professor Doutor Marcos Cézar de Freitas - EFLCH/Unifesp (Orientador)

Professor Doutor

Professor Doutor

Professor Doutor

Professora Doutor

Aos meus queridos e amados pais, Maria do Carmo dos Santos e José Amaro Guarino, que são e serão sempre o meu maior exemplo de vida a ser seguido e aos meus filhos Felipe Augusto e Gustavo Amaro pelo carinho, pelo apoio e pelo amor de sempre.

AGRADEÇO,

A Deus e aos Orixás por estarem sempre me iluminando, protegendo, inspirando e apontando a direção certa

Ao Prof. Dr. Marcos Cézar, meu orientador, por todo cuidado e atenção que me dispensou nos meus momentos mais difíceis desta jornada.

À Profa. Dra. Daniela Auad, por ter proporcionado o meu impulso inicial no mundo da Pós-Graduação.

Aos meus amigos Ricardo Piassentini Filho e Sérgio Lima, por todo o auxílio na aquisição dos materiais necessários para a realização deste trabalho.

Aos mestres e sobretudo amigos queridos Ivan Claudio Guedes e Rosana Cintia de Moraes, pelas contribuições valiosas e necessárias dispensadas a esta dissertação.

À Ozani Martiniano de Souza por todo o processo desencadeado na aquisição da Bolsa Mestrado, junto à Diretoria de Ensino Guarulhos Norte.

Aos amigos que sempre acreditaram na minha competência e sobretudo no meu trabalho.

Aos meus ilustres alunos, por toda a compreensão ao ouvirem os meus desabafos, encantos e desencantos da jornada trilhada até chegar ao final deste percurso.

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo numa linha geral discutir as formas de divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na escola, se a sua divulgação existe, como ela se dá, se é explorada e como aparece na vida de seus protagonistas, bem como um objetivo mais singular que é a circulação do ECA no território educacional, neste caso, a escola; e a importância deste instrumento na vida das crianças e dos adolescentes brasileiros.

Palavras-chave: ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA); DIREITOS E DEVERES DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES; CULTURA IMPRESSA; PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE.

ABSTRACT

The research aims at an overall line discuss ways of disseminating the Statute of Children and Adolescents in the school, how it happens, and it is exploited as it appears in the lives of its protagonists, as well as goals what is more natural movement of the Statute of Children and Adolescents in the educational area, in this case, the school and importance of this tool in the lives of children and adolescents Brazilians.

KEYWORDS: STATUTE OF CHILDREN AND ADOLESCENTS; RIGHTS AND DUTIES OF CHILDREN AND ADOLESCENTS; PRINT CULTURE, PROTECTION OF CHILDREN AND ADOLESCENTS.

SUMÁRIO

GLOSSÁRIO.....	09
INTRODUÇÃO	10
1. A LEI 8.069/90 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	14
2.A ESCOLA E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)...	26
2.1. A ESCOLA , O PROFESSOR E E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA).....	36
3. AS FORMAS DE DIVULGAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	43
3.1 A DIVULGAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE O CONCURSO NACIONAL – “OS CAUSOS DO ECA”	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64
FONTES	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69
ANEXOS	71

GLOSSÁRIO

ANDI	Atenção Nutricional à Desnutrição Infantil
ATPC.....	Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo
CAIJ.....	Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude
CEAT.....	Centro de Atendimento ao Trabalhador
CLT.....	Consolidação das Leis do Trabalho
CNJ.....	Conselho Nacional da Justiça
CONANDA.....	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONDECA.....	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
ECA.....	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAE.....	Fundo de Assistência ao Estudante
FIA.....	Fundação Instituto de Administração
FUMCAD.....	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
LDB.....	Lei de Diretrizes e Bases
LOAS.....	Lei Orgânica de Assistência Social
MEC.....	Ministério da Cultura
OIT.....	Organização Internacional do Trabalho
ONG.....	Organização das Nações Unidas
PSC.....	Prestação de Serviço à Comunidade
SAM.....	Serviço de Amparo ao Menor
TIC.....	Tecnologia da Informação e da Comunicação
UBS.....	Unidade Básica de Saúde

INTRODUÇÃO

Discutir a priori situações que provocam entraves de ensino-aprendizagem na sala de aula era o objetivo maior deste projeto, no entanto no decorrer do tempo, buscando a legislação que assegura as garantias sobre os direitos e deveres de crianças e adolescentes, tais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei nº 9.394/96, fez com que eu parasse para refletir sobre uma nova ótica, a questão da criança e do adolescente em relação ao seu lugar de direito e a relação do mesmo com a escola, uma vez que a educação é um dever do Estado para com este público-alvo.

Questões como o que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, como o mesmo é visto no território educacional, tais como, escolas, diretorias de ensino e a própria Secretaria Municipal da Educação, nortearam esta pesquisa.

Conhecer melhor o papel do Conselho Tutelar, saber qual o seu papel na sociedade e sua relação com o Estatuto também foi pauta para o desenvolvimento deste projeto.

Os capítulos aqui apresentados têm como objetivo, entender como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) surgiu e por qual necessidade, como ele é apresentado às crianças e aos adolescentes na escola, como o professor aplica este tema em sala de aula, em qual espaço ele é divulgado na escola e na formação do professor e, sobretudo como se dá a sua divulgação e circulação nas escolas estaduais do município de Guarulhos.

A pesquisa foi desenvolvida através de análises das formas impressas do Estatuto, questionários sobre o conhecimento do mesmo por educadores das escolas estaduais e municipais de Guarulhos, bem como, funcionários sendo os mesmos gestores, professores coordenadores, agentes de serviço escolar, entre outros e com entrevistas ao juiz da Vara da Infância e da Juventude do Município de Guarulhos, ao secretário da Educação do município de Guarulhos, à dirigente regional de ensino da Diretoria de Ensino Guarulhos Sul e à supervisora de ensino da Diretoria de Ensino Guarulhos o Norte.

O objetivo foi o de coletar o maior número possível de informações para saber e entender como é realizada a divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em qual espaço é divulgado entre os educadores e como se dá a formação

continuada dos professores com o Estatuto, se na formação continuada que é uma exigência da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o ECA é discutido e como ele é discutido e depois divulgado, trabalhado com os alunos em sala de aula, principalmente no ensino fundamental, onde o conteúdo do mesmo é obrigatório, incluindo material específico de distribuição gratuita pelo Estado sob a Lei nº 11.525/07.

O trabalho foi desenvolvido na região de Guarulhos, pelo fato de eu ser professora da rede estadual de ensino atuante há 21 anos. Partindo da necessidade de encontrar caminhos que me fizessem não aceitar, mas entender o porquê de determinado comportamento do aluno diante de uma sala de aula e do silêncio de alguns gestores ou membros da equipe gestora diante de situações que dificultam a aprendizagem do aluno, cheguei à conclusão que discutir o ECA na formação dos professores e a sua divulgação na escola seria o norte para entender alguns destes entraves, tais como, a dificuldade de aprendizagem de alguns alunos que não apresentam nenhum problema ou distúrbio de aprendizagem mas que não consegue prestar atenção às aulas, alunos que não conseguem desenvolver alguns conteúdos propostos; alunos que apresentam um comportamento de agressividade com colegas da sala e as vezes até com os professores, alunos que demonstram situações de baixa-estima, enfim, situações que nos fazem refletir enquanto educadores sobre o porque este ou aquele aluno não participa da aula proposta, qual é o motivo que o leva a ficar tão apático, distante, demonstrando total falta de interesse pelos conteúdos apresentados.

O primeiro capítulo apresenta a Lei nº 8.069/90, como o Estatuto surgiu, quais movimentos foram realizados para que a Lei fosse criada, quais foram os membros envolvidos, antes do Estatuto da Criança e do Adolescente quais foram as leis criadas para dar conta do menor abandonado, do menor infrator e, principalmente do menor em situação de risco.

O Segundo capítulo traz a relação entre a escola e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como é feita a divulgação do mesmo, como a discussão sobre o Estatuto está presente nas escolas entre os professores e alunos, quais são os materiais elaborados para esta divulgação se este material existe ou não e, se comunidade escolar tem acesso ao mesmo. Neste capítulo discute-se também a relação escola, professor e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), se o professor é capacitado pela Diretoria de Ensino para refletir e discutir com os seus alunos o ECA, como o ECA é visto pelo corpo docente de uma escola e em qual espaço ele é divulgado. Outra discussão é se a

presença da Lei que menciona tanto os direitos como os deveres da criança e do adolescente é trabalhada e divulgada como de fato deve ser.

O terceiro capítulo apresenta algumas formas impressas do Estatuto que são exemplares reunidos durante o desenvolvimento da pesquisa, a impressão do mesmo é descrita tanto nos exemplares que apresentam a impressão em forma única de Lei, como também, em gibis, revistas infanto-juvenis que apresentam o tema sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente em determinadas situações, tais como, direito à educação, à cidadania, entre outros.

No seu desmembramento, subitem 3.1, é apresentado o ECA em sua divulgação *on-line* que vem na forma de concurso promovido pela rede VIVO/TELEFÔNICA, que colhe depoimentos e os apresentam reunidos em formas de texto, bem como, experiências vivenciadas por agentes que atuam na área da Saúde Pública do país, atuações de professores, de advogados, enfim, cidadãos comuns que encontraram no Estatuto uma saída para entraves que foram apresentados por crianças e adolescentes que se encontravam em situações de dificuldades para a aprendizagem, desestrutura familiar e extrema situação de vulnerabilidade social.

O trabalho foi elaborado com a intenção de entender algumas dificuldades que estão relacionadas ao fator ensino-aprendizagem e, no entanto, alguns questionamentos sobre quais são os direitos de crianças e adolescentes, qual a parcela de responsabilidade da família na formação educacional dos mesmos, qual a parcela de responsabilidade da escola e do profissional da Educação sobre a formação dos mesmos. Tais questões conduzindo à reflexão sobre o lugar de direito da criança e do adolescente uma vez que os mesmos foram visibilizados pela Lei 8.069/90, que lhes assegura os direitos e deveres e, sobretudo direciona os responsáveis pela garantia destes direitos.

Perfazendo o percurso que levou desde a criação do Código de Menores, a sua renovação até a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como a reformulação da Lei de Diretrizes e Bases Educacionais (LDB) Lei n °9.394/96; para melhor entender a atual situação desta criança e deste adolescente na sociedade atual.

Outro ponto importante da pesquisa é entender como o ECA se faz presente nos territórios educacionais, se realmente existem ou não materiais específicos destinados a sua divulgação como a presença do Estatuto se dá nestes territórios, mesmo que na maioria das vezes, seja apenas para discussão de medidas disciplinares por uma

ou outra ação cometida pelo educando, ou uma ou outra ação de exigência do cumprimento dos direitos do educando pelo seu responsável.

Uma situação que apareceu claramente durante as entrevistas e que é um ponto em comum entre todos os entrevistados é em relação a não existência de materiais específicos para a divulgação do Estatuto nas escolas do município de Guarulhos e mesmo no próprio Conselho Tutelar, mas que fala-se sobre o Estatuto; o mesmo é conhecido, porém divulgado apenas em situações pontuais, tais como reuniões com pauta específicas para um público ainda reduzido.

É um início, mas que precisa ser ampliado para uma total divulgação da Lei, desfazendo assim alguns pontos de vistas, inclusive por parte dos educadores de que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma Lei que só dá garantias de direitos ao seu público-alvo, bem como proteção integral para atos infracionais cometidos por adolescentes.

O Estatuto existe, é de conhecimento público, porém não é divulgado ainda na devida proporção que deveria, o mesmo circula no território educacional, mas com uma proporção que não é suficiente, pois só se aplica em medidas de construção do Projeto Político Pedagógico da escola, do Regimento Escolar, ou em alguma situação em que é necessário esclarecer um ou outro motivo de medida de caráter disciplinar.

Ter o conhecimento sobre o Estatuto é uma situação, imbricá-lo na prática educacional através do currículo escolar é outra situação que ainda requer reflexão, debate e, sobretudo ações que façam essa ideia tornar-se a prática não só nestes territórios, Secretaria Municipal da Educação, Diretorias Regionais de Ensino, mas, sobretudo, nas escolas, em sala de aula onde estão os protagonistas destes direitos e deveres.

1. A LEI 8.069/90 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O problema social da criança abandonada no Brasil não é novidade, porém nos últimos cem anos da nossa história a criança tem estado em evidência no que diz respeito à discussão sobre como resolver questões mais amplas a ela relacionadas, tais como, o problema do menor delinquente, abandonado ou em situação de vulnerabilidade.

Ao mencionar as políticas públicas que envolvem crianças e adolescentes, estamos nos referindo claramente às crianças que vivem na pobreza, uma vez que até o século XX, a infância problema, estava relacionada ao fator pobreza.

Assim, o “problema infância”, claramente diagnosticado há pelo menos 100 anos como um “problema gravíssimo”, e, invariavelmente assoviado à pobreza, em momento algum foi enfrentado com uma proposta séria e politicamente viável de distribuição de renda, educação e saúde. (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p.16).

Várias têm sido as tentativas desde o início do século XX nesse sentido. O primeiro Código de Menores, criado por Mello Matos, Decreto Nº 17.943 de 12 de outubro de 1927, apresentava uma melhor definição sobre quem são os menores em situação de risco, mas ainda com o objetivo de normatização desta situação por meios de castigos físicos, reclusão em abrigos, a regeneração através do trabalho, enfim, atuações do Juizado de Menores da época a fim de soluções rápidas para sanar a situação. “(...) não se referia a todas as crianças, mas aquela em situação irregular, em seu Artigo 1º, a quem a lei se aplicava: ‘O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade’.” (LORENZI, 2007, Não paginado).

Em 1941, é criado o Serviço de Assistência a Menores (SAM), pelo Decreto Nº 3779/41, que se tratava de um órgão do Ministério da Justiça, e apresentava um caráter repressivo e que foi duramente criticado pela sociedade da época. “Tratava-se de um órgão do Ministério da Justiça e que funcionava como um equivalente do sistema Penitenciário para população de menor idade. Sua orientação era correcional-repressiva”. (LORENZI, 2007, Não paginado).

Em 1964, é criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), Lei 4513/64, instituição que visava reformular o atendimento ao menor, e a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM)), que visava reformular a política de

atendimento ao menor, embora ambas tivessem como objetivo a internação, não só de menores carentes e abandonados, mas também, a internação do menor infrator. “Juntas como irmãs siamesas, mantiveram e aprimoraram o modelo carcerário e repressivo...” (RIZZINI PILOTTI, 2011, p. 27).

Em 1979 sob a Lei 6697/79 é criado o segundo Código de Menores que apresentava como objetivo a reformulação do Código de Menores de 1927.

O Novo Código de Menores veio a consagrar a noção do “menor em situação irregular”, a visão do problema da criança marginalizada como uma “patologia social”. Caberia ao Juiz de Menores intervir na suposta irregularidade, que englobava desde a privação de condições essenciais à subsistência e omissão dos pais até a autoria de infração penal. (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p.28).

Quase quatro décadas de Leis e decretos com objetivos parecidos, dar uma solução ao problema do menor carente, abandonado e infrator, mas com medidas de repressão e privação de liberdade, foram projetos que não sobreviveram às mudanças de um cenário do Governo militar para o Governo democrático. “As formas não garantidas dos direitos (sobretudo de defesa) do indivíduo, consideradas arbitrárias e inaceitáveis fora de um regime ditatorial, não sobreviveram à abertura política dos anos 1980.” (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p. 28).

Com a mobilização política para a democratização no contexto pós-ditadura, novos cenários surgiram em perspectiva da criança e do adolescente, a necessidade de uma política que priorizasse o problema do menor abandonado, carente ou mesmo infrator, tomava uma proporção maior na década de 1980, e que se sobressaiu com a Constituição Federal de 1988, na qual foram criados Artigos que visibilizavam a questão do menor.

Garantias de uma educação de qualidade, de proteção, de zelo pela sua integridade física, moral e psicológica, além do direito de ser assistido tanto pela família, pela sociedade e pelo Estado foram avanços numa legislação que até então não existiam de uma forma clara e justa em relação ao menor.

A Constituição Federal de 1988, no Capítulo VII da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso, traz em seus Artigos 227, 228 e 229, todo um texto voltado para a situação da criança e do adolescente, nos quais ficam claros o dever da Família e o dever do Estado em relação aos mesmos.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não-governamentais e obedecendo os seguintes preceitos: (...) II criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos. (...)

§4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Art.228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.

Art. 229. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, (...).

Visibilizar a criança e o adolescente como cidadãos de direitos e deveres e, sobretudo situá-los na sociedade como tal, foi um passo muito significativo e que mudou intensamente o modo de se referir aos mesmos na sociedade brasileira. “(...) A criança e o adolescente de qualquer classe social e contexto cultural passaram a ser vistos como sujeitos de direitos e como prioridade nacional”. (LEITE, 2001, p. 36).

Dois anos após a promulgação da Nova Constituição, um novo documento é criado para garantir e melhor definir os direitos já assegurados pela mesma, criado sob a Lei 8.069/90, entra em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Embora o Estatuto da Criança e do Adolescente, visibilize a criança como ser social de direitos e deveres na sociedade do século XX até os dias atuais, o mesmo ainda mantém uma distância entre a sua teoria e a sua prática.

Mecanismos como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselhos Tutelares, entre outros foram criados com a função de assegurar o Estatuto, no entanto ter o Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda não era o suficiente para uma mudança total da situação irregular na qual seu público-alvo se encontrava. “A aprovação de uma lei não é suficiente para mudar uma concepção tão arraigada na nossa sociedade, mas é capaz de oferecer instrumentos para a mudança.” (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p. 282).

Um dos fatores agravantes no país é o empobrecimento da população, a fome, a desnutrição que ainda se fazia presente na década de 1980 “71 milhões de brasileiros, portanto, são oficialmente reconhecidos como subnutridos. A fome, a subnutrição, segundo o IBGE, são responsáveis por 40% dos óbitos infantis no país”. (ALVES, 1984, p. 293), e que ainda faz parte da sociedade atual, conforme os dados recentes da UNICEF¹.

A desnutrição entre crianças menores de 1 ano diminuiu em mais de 60% nos últimos cinco anos, mas ainda cerca de 60 mil crianças com menos de 1 ano são desnutridas. Com 98% das crianças de 7 a 14 anos na escola, o Brasil ainda tem 535 mil crianças nessa idade fora da escola, das quais 330 mil são negras. Nas regiões mais pobres, como o Norte e o Nordeste, somente 40% das crianças terminam a educação fundamental. Nas regiões mais desenvolvidas, como o Sul e o Sudeste, essa proporção é de 70%.²

A informação acima citada tem a finalidade de exemplificar o problema que já era preocupante em 1980 e continua sendo foco de preocupação, de discussão ainda em 2011, duas décadas após a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto não bastou a criação de um capítulo na Constituição Federal de 1988 e de um Estatuto para legitimar o Artigo 227, da mesma; o primeiro passo em defesa de crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade social foi dado, no entanto muitas ações ainda precisam ser realizadas e postas em prática para que estes direitos adquiridos sejam efetivamente realizados. “(...) O Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe avanços significativos nesta área, mas na prática ainda vivemos com essa cisão.” (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p. 282).

Em 13 de julho de 1990, a Lei de Nº 8.069/90, regulamenta o Artigo 227 da Constituição Federal de 1988, criando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que visa garantir os direitos e deveres da criança e do adolescente, tendo os mesmos como cidadãos e garantindo-lhes a proteção integral e distinguindo a criança do adolescente.

¹ UNICEF Fundo da Nações Unidas para a Infância, em inglês "*United Nations Children's Fund*". Tem o objetivo de promover a defesa dos direitos das crianças, suprir suas necessidades básicas e contribuir para o seu desenvolvimento, e está presente em 191 países e territórios de todo o mundo.

² Dados extraídos do site da UNICEF: <http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>, Acesso em: 12/02/2014.

A relevância do Estatuto é de assegurar estes direitos da criança e do adolescente, numa sociedade onde os mesmos ainda são submetidos diariamente aos maus-tratos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído em 1990, é um instrumento avançado na defesa dos seus direitos, obedecendo às mais modernas linhas internacionais, para oferecer proteção e possibilidade de desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social a crianças e adolescentes. Infelizmente, vivemos hoje um total desrespeito à lei. Assim como a Constituição de 1988 é um instrumento muito avançado de regulação das instituições brasileiras, distante, porém, do cotidiano, o Estatuto da Criança e do Adolescente ainda está muito longe de ser colocado em prática. (BUORO et al., 1999, p. 56).

Fazendo uma breve comparação entre o Código de Menores de 1979 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, ficam as seguintes indagações, o que mudou? O que está assegurado? Teoria e prática estão caminhando lado a lado?

O Estatuto da Criança e do Adolescente, de julho de 1990, revoga o Código de Menores de 1979 e a lei de criação da FUNABEM³, trazendo detalhadamente os direitos da crianças e do adolescente já em forma de diretrizes gerais para uma política nessa área.(RIZZINI; PILOTTI, 2011, p.81).

	CÓDIGO DE MENORES (Lei 6.697/79)	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Lei nº8.069/90)
Base doutrinária	Menor deve ser tutelado por lei, e medidas judiciais deverão ser aplicadas quando ele se encontrar em “situação irregular”.	Proteção integral sem discriminação de nenhum tipo a toda população de 0 a 18 anos.
Concepção política e social implícita	A lei serviu de instrumento de controle social de vítimas de situações de omissão por parte da família, da sociedade e do Estado.	Objetiva fornecer instrumentos para assegurar os direitos básicos a toda criança e adolescente, e proteção especial aos mais vulneráveis socialmente.
Objetivo	Normalizar a assistência a menores entre 0 e 18 anos, que se encontrem em situação irregular, e entre 18 e 21 anos, nos casos previstos em lei, através da aplicação de medidas “preventivas e terapêuticas”, definidas unicamente pelo juiz.	Garantia dos direitos pessoais e sociais, através da criação de oportunidades e facilidades que visem ao seu desenvolvimento físico, mental, moral e social, em condições de liberdade e respeito.
Visão da criança e do adolescente	Menores em “situação irregular” são objeto de medidas judiciais. São classificados como a) carentes; b) abandonados; c) infratores.	Sujeito de direitos. Fase de desenvolvimento, peculiar ao ser humano.
Papel do juiz e direito de	Poder diante da decisão judicial, já que não exige fundamentação das decisões de aplicações	Direito de defesa amplo, com todos os recursos inerentes. Garante ao adolescente

³ FUNABEM - Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964. Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, a ela incorporando o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências.

defesa	de medidas “preventivas e terapêuticas”, apreensão ou confinamento dos menores. Aqueles acusados de infração penal são “defendidos e acusados” pelo mesmo curador de menores (promotor público).	presunção de inocência e defesa por profissional habilitado (advogado ou defensor público). Limita o poder absoluto ao juiz.
Apreensão	Preconiza a prisão cautelar, a qual era inexistente no Código Penal, para os maiores de idade, mas era aplicada aos menores.	Restringe a apreensão a dois casos: a) flagrante no delito da infração; b) ordem expressa e fundamentada do juiz.
Internamento	Aplicável a crianças e adolescentes por pobreza, sem prazo e condições determinados, desde que haja “manifesta incapacidade dos pais para mantê-los”.	Aplicável a adolescentes autores de ato infracional grave, obedecidos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento.
Execução da política social	Medidas previstas normatizadoras e executadas por: a) Política Nacional de Bem-Estar do Menor (Funabem e Febem); b) Segurança Pública; c) Justiça de Menores.	a) políticas sociais básicas; b) políticas assistenciais (com caráter supletivo); c) conselhos de proteção e defesa dos direitos ao desenvolvimento físico, psíquico e social; d) proteção jurídico-social.

Fonte: LEITE, Ligia Costa. Meninos de Rua, A infância excluída no Brasil. Editora Atual, São Paulo, 2001.

O fato é que houve ganhos significativos com a implantação do Estatuto, principalmente no que diz respeito à assegurar os direitos da criança e do adolescente na sociedade, garantias, tais como, proteção, formação educacional, assistência jurídica, enfim implicações como a criação de Conselhos Tutelares que visam assegurar o Estatuto, que garante os direitos e visibiliza os deveres que cada criança e adolescente têm, bem como o seu responsável direto.

O Estatuto vem com uma grande responsabilidade, o primeiro passo já está dado, garantir os direitos da criança e do adolescente, no entanto, os deveres também são colocados como ações que devem constar do cotidiano do menor. Ainda há muito, o que ser trabalhado para que o mesmo seja cumprido em sua íntegra, ações foram tomadas para assegurar a garantia do ECA, no entanto, os resultados obtidos não erradicaram os problemas sofridos pela criança e pelo adolescente, nem mesmo os problemas causados pelos mesmos, quando infratores da lei.

Situações de risco, exploração sexual, violência doméstica, trabalho infantil, permanência fora da escola, ainda são apontados como desafios a serem erradicados como pode ser constatado no documento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

A violência contra crianças e adolescentes pode se expressar como violência física, psicológica, negligência, abandono e abuso sexual; pode ocorrer em suas residências, nas escolas, em instituições públicas ou privadas ou mesmo nas ruas. O enfrentamento desse fenômeno é complexo, pois além de suas

causas serem múltiplas, a invisibilidade das situações é um fato inegável. (...) Dados do sistema Viva – Vigilância de Violência e Acidentes – do MS para o período 2006-2007 (Brasil [MS], 2009) apontam a residência como principal local de violência contra crianças (58%) e adolescentes (60%) atendidos nos serviços de referência, seguidos pela via pública no caso dos adolescentes (20%) e pelas unidades de saúde, no das crianças (9%).(CONANDA, 2010 p.16).

O que fica mais uma vez muito claro é que mesmo com a criação do Estatuto, os problemas que crianças e adolescentes enfrentavam no século XIX e XX, persistem ainda no século XXI, portanto, mesmo sendo o ECA um instrumento legal, que defende os direitos de crianças e adolescentes e posiciona os seus deveres também, ainda não conseguiu sanar todos os problemas enfrentados pelos mesmos.

Numa entrevista com uma conselheira tutelar do município de Guarulhos, que foi realizada com o objetivo de entender melhor a função desse órgão e quais são as suas atribuições, bem como se existe uma estrutura eficaz, que dá ao mesmo um suporte de qualidade para o desempenho da função, e, se existe um trabalho de divulgação por parte dos Conselhos Tutelares tanto na escola quanto com a comunidade local; foi possível compreender que órgãos como os Conselhos Tutelares, apesar de atuarem na sociedade como um órgão legitimador do Estatuto, ainda apresentam uma estrutura frágil tanto em sua concepção como Conselho Tutelar, por não ter o seu papel definido pela sociedade, como falta de estrutura para atuar na própria comunidade em defesa destas crianças e adolescentes, conforme fica esclarecido na entrevista realizada em junho de 2013 com a conselheira Julia⁴; a mesma ressalta a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente, principalmente como órgão garantidor do direito à Educação fazendo valer a sua permanência na escola de modo que a sua ausência sem motivos plausíveis seja comunicada ao seu responsável direto para que o mesmo justifique tais faltas.

O Estatuto também é visto pela conselheira como um documento que deu voz tanto à criança quanto ao adolescente, que atualmente podem se expressar sem medo ou mesmo amparados por uma Lei que promove este direito.

O ECA foi o avanço mais importante que crianças e adolescentes ganharam; a criança e o adolescente não tinham voz ativa; hoje essa voz é o Estatuto, a criança tinha que ficar quieta e hoje nós vemos as crianças expressando as suas vontades. A Educação está ligada ao Conselho, a escola está ligada ao Conselho, nós conseguimos montar esta rede, a criança não está indo à

⁴Nome fictício da conselheira.

escola, o responsável ou a mãe é convocado e fica ciente de que ela pode ser penalizada e se persistir o problema, isso pode ser mandado à frente, e os mesmos sabendo das penalidades, tomam uma atitude. (informação verbal).⁵

A fala da conselheira remete explicitamente para a real função do Conselho Tutelar como um órgão orientador das famílias ou dos responsáveis, esclarecendo quando há a necessidade, os direitos e os deveres dos membros envolvidos, informando quais penalidades podem ser aplicadas tanto aos responsáveis quanto aos próprios protagonistas do ECA, caso sejam violados estes direitos e deveres.

Outra atuação importante do Conselho Tutelar junto à comunidade na qual o mesmo está situado é o atendimento assistencialista às crianças e aos adolescentes, bem como o seu responsável, em casos extremos de violência doméstica, como por exemplo, uma ameaça sofrida tanto pela criança quanto pela mãe ou pelo responsável direto, crianças e adolescentes que passam por situações de violência doméstica ou sexual ou mesmo em extremo caso de vulnerabilidade, situações que requerem proteção integral e total, mesmo que para isto seja necessário afastar o menor do seu meio de convívio.

Nestes casos o Conselho Tutelar atua diretamente abrigando a criança ou o adolescente, embora o separe da mãe ou do responsável, por conta da falta de uma melhor estrutura física do próprio Conselho.

Guarulhos precisa ter uma casa de acolhimento de mães, às vezes a gente recebe uma mãe da rua, porque o marido agrediu e ela está na rua, e separamos esta mãe da criança; a criança tem que ir para um abrigo e a mãe para o albergue, aqui em Guarulhos precisa dessa casa, nós já falamos com o nosso prefeito, ele gostou da ideia, é uma casa de acolhimento, assim, de imediato, sem burocracia. (informação verbal).⁶

A questão de imediato, sem burocracia a qual a conselheira se refere é porque somente o juiz da Vara da Infância e da Juventude pode expedir um mandado de segurança para este tipo de proteção ao menor, ou seja, mesmo o Conselho Tutelar atuando, faz-se necessário todo um trâmite legal que parte da Vara da Infância e Juventude, sem o qual nada pode ser feito, porém estes são casos considerados de extrema vulnerabilidade, quando há a necessidade de afastamento da criança e do adolescente da família ou mesmo da convivência do seu responsável, por colocar a sua vida em risco.

⁵ Depoimento da Conselheira Júlia, concedido na entrevista realizada em Guarulhos, em junho de 2013.

⁶ Idem.

Na tabela abaixo, estão apontadas algumas ações que o Conselho Tutelar pode tomar em relação à proteção da criança e do adolescente e orientação ao responsável pelos mesmos.

Problemas enfrentados pela criança ou pelo adolescente	Ações cabíveis ao Conselho Tutelar
Evasão escolar	Notificação e convocação dos pais ou responsáveis.
Indícios de violências sofridas, tais como, castigo físico, maus-tratos, entre outros.	Averiguação, através de entrevista do menor com psicólogo, intimação dos pais ou responsáveis, se comprovado, notificação à Vara da Infância e da Juventude.
Denúncias sobre violência cometida contra a criança ou adolescente que possa ameaçar a sua integridade física, moral, intelectual, entre outros.	Se comprovadas, recolhimento da criança para um abrigo de menores e notificação à Vara da Infância e da Juventude, órgão único que pode autorizar este recolhimento e permanência temporária no abrigo.

Outras ações que também são importantes em relação ao Conselho Tutelar e Educação é a aproximação do órgão nas escolas com a finalidade de esclarecer para a comunidade escolar, a função do Conselho Tutelar, já que muitos pais e responsáveis, têm dúvidas sobre a função do mesmo e, sobretudo esclarecimentos sobre os principais direitos mas também, efetivamente sobre os deveres que precisam ser esclarecidos e que são de responsabilidade tanto do menor quanto do seu responsável direto.

Não resta dúvida sobre a importância e também sobre a atuação do Conselho Tutelar, como órgão garantidor dos direitos e deveres da criança e do adolescente, no entanto a divulgação do mesmo fica prejudicada, quando se fala em trabalhar com um material específico, tais como cartilhas, panfletos, revistas que possam apresentar tanto o Estatuto numa linguagem menos formal afim do mesmo ser discutido e compreendido pela comunidade escolar, desde o professor, funcionários, pais e alunos, em reuniões pontuais, quando solicitadas pela escola; ou mesmo em reuniões de formação profissional como a Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), que ocorrem semanalmente nas Unidades Escolares, tais reuniões são pontuais, dirigidas pelos professores coordenadores e as vezes pela direção escolar.

Algumas escolas já estão nos procurando, para palestras, para reunião de pais, para esclarecer algumas situações; abrindo assim o espaço para esclarecimento do nosso trabalho; mas na comunidade o ECA não é conhecido, cria-se um mito de que o Conselho Tutelar é uma ameaça, e o Conselho Tutelar não é uma ameaça, ele é um garantidor dos direitos da criança e do adolescente, as pessoas não entendem; por exemplo, as pessoas quando veem o carro do Conselho Tutelar na rua falam com um tom de ameaça, pedindo para prender a criança que está na rua; a gente vê que falta muito a ser explicado sobre o ECA, o município não tem acesso ao Estatuto, não tem cópia, os Conselhos deveriam dar esses exemplares, para divulgação e não têm; nós, como conselheiros ganhamos um exemplar do ECA em 2011 e 2012, o deste ano (2013) não veio, pois todo ano vai se renovando, e é um pra cada conselheiro, a gente não pode nem doar para uma pessoa para ela entender, e nós sabemos que a população não vai lá na livraria comprar um exemplar do ECA, ninguém vai, mas talvez se fosse doado, talvez não, certeza se fosse distribuído exemplares para os municípios, o interesse talvez fosse despertado sobre os direitos e deveres; porque tem deveres também a serem cumpridos tanto pela criança quanto pelo adolescente, e, no entanto, eles acham que são só direitos. (informação verbal).⁷

A falta de material para a divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, também esta presente na fala do Secretário da Educação do Município de Guarulhos, o mesmo numa entrevista concedida para este projeto, reconhece sem dúvida alguma a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas assume que ainda não existe um material específico destinado a este fim, embora haja a formação de professores, conforme exigência da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 (LDB), em seu Artigo 4º, parágrafo III garante o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais.

Nesta mesma entrevista o Secretário deixa claro o seu ponto de vista sobre o Estatuto, lembrando a relevância do mesmo para a sociedade atual e também o quanto é importante desmistificar o Estatuto que ainda é visto, segundo sua opinião, por uma parcela da sociedade como um instrumento que justifica e respalda atitudes negativas de adolescentes, tais como, ações de vandalismo, atos infracionais, entre outros.

O ECA é um avanço para a sociedade, porém ainda há muito que se reparar e muito a fazer para que os direitos aconteçam efetivamente. (...) Desmistificar a questão de que só direitos são garantidos e que o ECA dá margem ao comportamento negativo do jovem, sem um efetivo limite ou controle. No espaço educacional existe a prática, mas ainda não é como deveria ser, existem pautas, discussões, orientações e, principalmente atendimento às solicitações do Conselho Tutelar, já que quando uma denúncia chega do Conselho Tutelar a criança ou o jovem já se encontra no extremo de sua vulnerabilidade. Em relação à sociedade, há somente o respaldo do Conselho

⁷ Idem.

Tutelar, não existe ainda um trabalho maciço, específico, na educação municipal de Guarulhos quanto à disseminação do ECA através de cartilhas, panfletos, material impresso; o que existe é o ECA em Estatuto que é o instrumento de base para a pauta de discussão e apropriação do mesmo.(...) Atualmente uma ação importante para a Educação Municipal é o enfoque à educação inclusiva, Pauta que a Secretaria tem defendido e trabalhado, oferecendo espaços adequados, currículo diversificado, preparação da equipe docente, entre outros. (Informação verbal)⁸

Não há dúvidas sobre a importância do Estatuto para a sociedade atual, no entanto, no que diz respeito a sua divulgação, principalmente no espaço educacional que é um território importante para a circulação do mesmo; ainda precisa ter ações amadurecidas para tal efetivação.

Ações específicas, assistência especializada, trabalhos em conjunto com a sociedade; profissionais da área da Saúde, da Educação e da Segurança, precisam ser capacitados, formados, para lidar com situações que requerem a garantia de uma vida saudável, íntegra, seja a prioridade para a criança ou adolescente, seja qual for o seu nível numa escala social, bem como a assistência, instruções e resgates de famílias que algumas vezes tornam-se reféns da própria incapacidade de lidar com situações de fragilidade, por conta do desemprego, da baixa-estima, de enfrentamentos impostos pela invisibilidade social, entre outros.

Uma maneira importante de disseminar o ECA pode acontecer na formação dos profissionais que atendem a estes casos, tais como delegados que acabam lidando com situações de atos infracionais cometidos por menores ou até mesmo situações de violência contra crianças e adolescentes, como se os mesmos fossem apenas mais um caso comum.

Nas entrevistas realizadas ficou claro que ainda falta elencar algumas prioridades para que o Estatuto da Criança e do Adolescente consolide-se na nossa sociedade; no entanto, não é possível esperar somente pelas autoridades competentes do município, precisa sim haver mobilizações, a busca da própria sociedade para entender melhor importância e a função do ECA, a serviço de quem ele está e de que forma ele visa atender aos direitos e aos deveres de todos os envolvidos no seu contexto, sendo este, cultural, emocional e, sobretudo educacional das crianças e dos adolescentes, esta é uma obrigação de todos, porém precisa ser dado o impulso inicial e apesar de ser uma responsabilidade social, precisa ser visibilizado pelos órgãos competentes, tais como os

⁸ Entrevista concedida pelo senhor Moacir de Souza, Secretário de Educação do município de Guarulhos em 15 de junho de 2013.

Conselhos Tutelares, Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), entre outros, a fim de que sejam promovidos debates, palestras, com a finalidade de criar espaços e materiais para a divulgação e distribuição deste instrumento que tornou-se um divisor de águas para crianças e adolescentes desde a década de 1990.

No próximo capítulo, será abordado a questão do Estatuto da Criança e do Adolescente na escola, como o ECA aparece no âmbito escolar, as mudanças trazidas na Educação pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei nº9.394/96, com finalidade de conhecer se o Estatuto circula na escola, de que forma, e se em Guarulhos existe algum programa de disseminação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

2. A ESCOLA E O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA)

As manifestações pela democratização do ensino deram-se antes mesmo do início da Nova República, cujo objetivo maior era o de uma escola pública melhor, laica que propusesse um ensino de qualidade, onde crianças e jovens fossem tratados com respeito, bem como os professores, uma educação para todos, sem nenhuma distinção étnica, religiosa e principalmente sobre a classe social pertencente.

Desde as eleições estaduais de 1982, algumas iniciativas levadas a efeito em Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais comprovavam que o dia a dia nas escolas apresentava problemas tão singulares que, em certo sentido, as questões de governança das escolas e as políticas de reorganização dos espaços e do trabalho docente tinham demandas que não seriam solucionadas apenas com novas leis, ainda que muitos se batessem por leis mais consistentes. (FREITAS; BICCAS, 2009, p.317).

Tantas discussões, tantos fóruns, debates, acabaram acarretando mudanças sérias no campo da Educação, com ganhos significativamente importantes. Um novo cenário se consolida na história da Educação brasileira, avanços importantes são apresentados e consolidados na Nova Constituição de 1988.

O artigo 208 merece uma atenção especial por espelhar diversas demandas da sociedade brasileira, debatidas desde as décadas de 1970 e 1980. Destacamos a primeira novidade que figura no inciso I, que especifica o dever do Estado para com o ensino obrigatório fundamental destacando aquele “que não tiveram acesso na idade própria”. (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 323).

A partir da Constituição de 1988, pode-se afirmar então, que a Educação é realmente um direito de todos e uma obrigação do Estado, não apenas de crianças e jovens que estejam na idade escolar, mas também pessoas com deficiências, do adulto que por qualquer que tenha sido o motivo, não conseguiu frequentar uma escola na idade escolar ou que teve que desistir dos seus estudos antes de terminá-los; as creches e pré-escolas, também tiveram uma visibilidade educacional na Constituição de 1988, e outro ganho foi o estudo noturno regular; “(...) pelo menos no espírito da Lei, vislumbrava-se assegurar ao jovem adulto trabalhador a possibilidade de retornar a frequentar o ensino regular.” (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 324).

Outra situação que se desenha é o novo perfil que a escola deveria ter; este perfil está ligado ao Estatuto da Criança e do Adolescente que também margeia a

descaracterização da escola como regulamentadora, normatizadora e punitiva, qualificando a criança e o adolescente como sujeitos de ações cidadãs e que precisam ser norteados por um educador; sendo sua família a base para o princípio deste, onde a escola e a sociedade se tornam instituições de auxílio na formação dos mesmos para aquisição de formação escolar e conceitos éticos que os acompanharão ao longo de toda a sua existência.

O surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente contou com vários segmentos da nossa sociedade ligados também à Educação.

Sua formulação contou com uma intensa e ampla participação não só do governo mas, de instituições vitais para que o ECA se tornasse realidade como a Pastoral do Menor, a Pastoral da Criança, o UNICEF Brasil, a OAB o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua e muitos movimentos organizados em igrejas e nas universidades de várias capitais. (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 325).

Nota-se, portanto, que as mudanças surgidas na Educação foram uma conquista de todos os setores com ela envolvidos, independentes do vínculo com o Estado, mas com grande representatividade na sociedade, cujo objetivo era o de uma Educação para todos e de uma escola melhor, independente da classe social a qual pertenciam as crianças e os adolescentes.

A implantação do ECA, deu margem a outros instrumentos legais que também tiveram que ser reformulados, tais como, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei nº5.692/71, a nova Lei de Diretrizes e Bases - Lei n. 9.394/96, reforça no campo da Educação as novas conquistas asseguradas pelo ECA no que diz respeito ao lugar da criança em nossa sociedade, uma vez que apresenta as obrigações do Estado, da Família e da Escola em relação à criança dos 0 aos 6 anos de idade, além de reforçar o direito do indivíduo que não teve acesso à escola na faixa etária escolar, mas que na fase adulta quer o direito de frequentar a mesma.

Apesar da LDB não ser inédita na legislação brasileira, “a mesma surge com a finalidade de obrigar o Estado a oferecer o ensino gratuito e laico para todas as crianças (...)”. (LEITE, 2001, p. 39).

Sua reformulação visa atender ao Estatuto da Criança e do Adolescente no que consiste nas mudanças necessárias para atender as especificidades de crianças e adolescentes que até então se não eram totalmente excluídos da escola, mesmo nela, viviam à margem, por conta das suas particularidades que exigiam não só atenção

especial, mas práticas diferenciadas para o desenvolvimento de seu ensino-aprendizagem, além de assistência psicossocial para o seu desenvolvimento.

Para o estudioso da história social da educação no Brasil, a LDB n. 9.394/96 é um documento singular porque repercutiu diretamente em alguns aspectos diretamente relacionados às agruras das populações de baixa renda, especialmente aquilo que se relaciona à educação infantil e à educação de jovens e adultos. (FREITAS, BICCAS, 2009, p. 334).

A Lei de Diretrizes e Bases tem um objetivo legitimador do que o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura, em relação à Educação, no que diz respeito à reformulação do Currículo Educacional, da Estrutura e Objetividade da Instituição Educacional e da Valorização do Professor.

Além de legitimar a laicização da Educação, assegura em capítulo V Da Educação Especial, Art. 58, preferencialmente na rede regular de ensino o direito de crianças portadoras de necessidades especiais frequentarem uma escola que seja adaptada a sua realidade e ao seu grau de necessidade, embora na maioria das vezes o que vemos são apenas mudanças e adaptações na estrutura física do prédio e nem sempre no currículo escolar.

Art.58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. § 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96).

Outra garantia importante para a Educação, é a valorização dos seus profissionais que têm no TÍTULO VI - Dos Profissionais da Educação em seu Art.67, as especificidades pelas quais o educador pode ser reconhecido pelo seu trabalho, bem como, direito à uma formação de qualidade, evolução funcional, entre outros.

Art. 67- Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

- I- Ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II- aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III- piso salarial profissional;
- IV- progressão funcional baseada na titulação ou habilitação e na avaliação do desempenho;
- V- período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI- condições adequadas de trabalho (...).

Como é possível observar, o Estatuto está particularmente imbricado com significativas mudanças na legislação não só para definir melhor o lugar de direito dos educandos, a parcela de responsabilidade que cabe ao Estado e demais autarquias a respeito da garantia de Educação aos mesmos, como também uma melhor definição sobre o papel dos educadores, explicitando através da Lei de Diretrizes e Base – Lei nº 9.394/96, os deveres e direitos dos mesmos.

No entanto, há ainda algumas contradições que precisam ser melhores trabalhadas, tais como, a relação entre professor e Estatuto da Criança e do Adolescente, qual é o real conhecimento que o professor tem sobre este documento? Como ele está presente na ação de formação da criança e do adolescente no âmbito escolar?

Estes são alguns questionamentos que foram levados às Diretorias Regionais de Ensino Norte e Sul do município de Guarulhos, nas quais através de entrevistas ficaram esclarecidas tais situações, tanto pela Supervisão de Ensino da Guarulhos Norte, quanto pela própria dirigente regional de ensino da Diretoria Sul.

Em ambas as entrevistas o foco principal era saber a opinião a importância do ECA para a Educação, também foi questionado em qual espaço é feita a reflexão sobre o Estatuto e se há material específico para a disseminação do ECA através de parcerias do Estado com o município e se este material chega à escola.

O ECA é a base comportamental e humana, não é compreendido e não é aceito, ele é a base para o desenvolvimento saudável da criança. A escola também é o ECA e o ECA foi criado para defender; a escola é também o Estado, portanto a criança é responsabilidade do diretor, do professor, enfim destes profissionais. As discussões sobre o Estatuto acontecem atualmente com a supervisão, tais como, criação do Regimento Escolar, ações diretamente ligadas ao rendimento do aluno, evasão escolar, ações da escola que estão ligadas diretamente ao Projeto Político Pedagógico, entre outros; mas ainda faz falta estudar cada item do ECA, e é importante trabalhar; quem trabalha pontualmente o Estatuto é a mediação, o professor mediador com a

Oficina Pedagógica, com alunos do Grêmio Estudantil, no entanto é interessante expandir isto.⁹

Na entrevista com a Dirigente professora Maria Aparecida, fica claro que o ECA tem uma importância fundamental para a criança e para o adolescente, porém no que diz respeito a reflexão deste instrumento, a discussão sobre os pontos do Estatuto para a Educação, a mesma só acontece em momentos pontuais, porém a Dirigente acredita que é interessante aprofundar a questão bem como expandir o Estatuto nas escolas.

Como fica claro na fala de ambas (próximo relato), a reflexão sobre o Estatuto existe, mas em situações pontuais, tais como, reunião com os professores mediadores¹⁰, ou em reuniões entre supervisores e diretores quando há casos apresentados que requerem a intervenção do Conselho Tutelar, tais como, abandono extremo da criança ou do adolescente, faltas excessivas sem justificativas, ou casos de violência extrema.

Esta situação acima apresentada nos remete a outro fator discutido sobre o Estatuto nas escolas, como os professores trabalham com o documento numa fusão com os conteúdos que precisam ser desenvolvidos ao longo dos bimestres.

A próxima entrevista, concedida pela supervisora Fátima Colaço da Diretoria de Ensino Guarulhos Norte, também responde as questões sobre a importância do ECA para a Educação, bem como em qual momento ele é discutido pela supervisão e se há a disseminação do mesmo nas escolas.

O ECA para a Educação faz sentir a democratização do ensino, foi um avanço muito grande porque a obrigatoriedade da escolarização fez com que o Governo adotasse políticas públicas de garantia do acesso do aluno à escola e por outro a responsabilidade dos pais pela vida escolar do mesmo, muitas vezes os pais tem a preocupação de levar o filho à escola mais pela obrigatoriedade do que pela conscientização. O Estatuto também precisa ser ampliado, mais detalhado num espaço para o maior conhecimento e reflexão do professor; o ECA ainda é visto como só direitos do menor e não pontuamos uma reflexão dos deveres de todos os envolvidos, família, escola, Ministério Público, toda a sociedade tem uma parcela de apoio a este menor. Hoje existe um grupo de professores mediadores que trabalham o ECA para desenvolvê-lo com o aluno, a reflexão dentro da Diretoria de Ensino, se dá com o professor mediador, uma vez que a diversidade social e comportamental, as formações de novas famílias, geram muitas vezes conflitos que acabam desembocando na escola; no entanto ainda falta um

⁹ Entrevista concedida pela professora Maria Aparecida Nascimento Barretos, Dirigente Regional da Diretoria de Ensino Guarulhos Sul.

¹⁰ Atualmente são 2.859 professores mediadores, os mesmos são professores que podem lecionar qualquer disciplina; passam por uma capacitação específica, realizada pela Educação em parceria com o Ministério Público e mais instituições. O intuito dessas formações é possibilitar que os mediadores conheçam o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e aprendam técnicas de justiça restaurativa para lidar com a prevenção de situações de conflitos entre alunos.

projeto mais formativo para todos os professores e a responsabilidade não é deste ou daquele setor, é de todos os envolvidos com a Educação.(Informação verbal).

Bem como a opinião da professora Maria Aparecida, dirigente da Diretoria Sul, a professora Fátima, supervisora da Diretoria Norte, o Estatuto está presente sim, no entanto em situações pontuais, como já descritas anteriormente.

No entanto, este espaço ainda é muito pequeno, diante das situações atuais que compõem o dia a dia de uma escola e da importância que o Estatuto traz consigo como a Lei que define não só os direitos como também os deveres de crianças e adolescentes na sociedade atual, garantindo-lhes a liberdade de expressão, o direito de uma formação cidadã de qualidade numa escola de qualidade que atue em prol do ensino-aprendizagem do aluno, levando em conta sua condição de desenvolvimento e de aprendizagem.

O que se espera do profissional da Educação está claro na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei nº 9.394/96, atualmente o perfil esperado do professor é de um profissional reflexivo, interativo, que não seja um mero transmissor do conhecimento, o professor atual não pode estar mergulhado apenas em sua disciplina, faz-se necessário a expansão do seu conhecimento para dar conta da demanda educacional que está presente nos bancos escolares, um professor que insira no currículo dos seus alunos valores voltados para a formação que torne o aluno não somente um cidadão capaz de tomar decisões, de concorrer no mercado de trabalho, como também, uma formação cidadã, para que o mesmo saiba os limites de onde começam os seus direitos e quais são os seus deveres a serem cumpridos.

No ensino fundamental, por exemplo, no Art.32 §5º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), menciona:

O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado. (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, Nº 9.394/96).

A discussão sobre a existência ou não de um material adequado para atender a Lei nº 11.525, de 2007, e a sua circulação nas escolas estaduais do município de

Guarulhos será apresentado no próximo capítulo que trata da escola e a divulgação do Estatuto.

Fica claro que na formação do professor também precisa estar inserido o contexto do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), não que o educador precise conhecer o Estatuto integralmente, mas no que diz respeito à Educação, este profissional precisa ter conhecimento sobre os direitos dos educandos, além de amadurecer o texto para poder desenvolvê-lo na formação do seu público-alvo, não apenas numa linguagem mais didática, como também através de ações desenvolvidas em possíveis projetos.

(...) a Lei menorista deve ser considerada na formação do professor (inicial e continuada) para melhor desempenho de seu mister. Sua análise vem reforçar o novo perfil do profissional da educação, adequado às mudanças sociais, econômicas, políticas e legais e está em consonância com a formação do professor como intelectual crítico e reflexivo. (FERREIRA, 2004, p. 114).

Nesta afirmação de (FERREIRA, 2004)¹¹, fica claro o quanto é importante a reflexão, a discussão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pelos profissionais da Educação, não somente pelo professor quanto por todo o conjunto de profissionais que compõem o quadro educacional, sejam professores, professores coordenadores, diretores, supervisores.

Vale ressaltar que o contexto formativo não é algo privado ou exclusivo do professor, incluindo também os supervisores e diretores, cujos reflexos legislativos também se fazem sentir no desempenho de suas atividades. (FERREIRA, 2004, p. 114).

Por outro lado cabe também questionar qual é o público que a escola atual vem recebendo? Qual é o perfil da criança e do adolescente que chegaram à escola no século XX e XXI?

O perfil desses jovens é o mais diverso possível; em alguns, casos famílias desestruturadas, exposições em situações de vulnerabilidade social, violências cometidas contra o seu físico, o seu estado emocional que acaba atingindo o seu estado psicológico, mas que apesar de tudo ainda como crianças e jovens trazem consigo o direito de sonhar; o sonho de transformar a realidade cruel numa vida melhor, embora

¹¹ Luiz Antonio Miguel Ferreira, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, atuando nas áreas da Infância e da Juventude e da Pessoa Portadora de Deficiência. Especialista em Direitos Difusos e Coletivos pela Escola Superior do Ministério Público, mestre em Educação pela UNESP – Universidade Estadual Paulista.

não haja a intenção de generalizar e muito menos estigmatizar a situação dos jovens estudantes brasileiros com características negativas, pois este perfil também apresenta um jovem comum, com uma família estruturada e direito ao seu lugar social, tendo preservado o direito à integridade física, moral e intelectual.

Existem muitos desafios em uma sala de aula e, como este educador se vê diante de tal realidade e quais ações serão precisas para desenvolver um currículo que além dos referenciais das áreas curriculares também terão o dever de desenvolver ações cidadãs através de práticas diárias para a construção da autonomia de crianças e adolescentes no que diz respeito ao exercício de sua cidadania ação que construirá a diferença entre ser um agente transformador na vida destes indivíduos ou ser meramente um transmissor de conhecimentos aí está um dos principais desafios do professor no exercício de sua profissão atualmente, além de outros fatores que estão no auge das discussões acadêmicas, tais como a valorização profissional, plano de carreira, entre outros fatores.

“Além de *explicar bem ou saber dar aula*, a segunda característica essencial de um bom professor é *saber impor* ou, em outras palavras, *saber levar*, que significa manter o controle sobre a classe sem apelar para a coerção ou a ameaça.”¹² (SOUZA, 2003, p.148).

No entanto faz- necessário que o profissional que lida com esse público-alvo em seu dia a dia, tenha sim o entendimento sobre o Estatuto.

(...). Seja qual for o projeto proposto para a educação no Brasil, de maneira explícita ou não, tal como “transmitir os valores sociais mais amplos”, “formar o cidadão” ou “educar para a atuação crítica”, ele não vem sendo efetivado. De acordo com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (Ministério da Educação, Lei n. 9.394/96, cap. 2, sessão I, art. 22), mas todos sabemos a enorme distância entre o “papel” e a realidade.(...).(SOUZA, 2003, p.26-7).

Muitas crianças conseguem o acesso à escola e para muitas esta é vista como o seu porto seguro ou até mesmo como a opção de uma vida digna para a própria família que também a vê como uma instituição norteadora e amenizadora de todas as dificuldades que a criança se encontra; não que a escola em si seja a solução de todos os problemas já elencados; mas existem programas sociais que exigem que a criança frequente a escola, que o adolescente esteja matriculado para poder participar de cursos

¹² Grifos da autora. SOUZA, 2003, p.148.

profissionalizantes; enfim, existem caminhos, meios para assistir, auxiliar quem ainda não pode se proteger sozinho.

Pode-se afirmar, portanto, que, tanto na legislação como na prática diária no interior das nossas escolas, a educação de nível médio tem se reduzido ao desenvolvimento de habilidades e competências, em detrimento daquilo que deveria ser a sua essência: a *formação*¹³. (SOUZA, 2003, p. 33).

Apesar dos esforços por uma educação de formação crítica e cidadã; mesmo com a implantação das normas regimentais e da legislação vigente que protege a criança e o adolescente, assegurando a sua garantia de acesso à escola e permanência, atualmente há uma inversão destes valores educacionais.

O comportamento de *adaptação*,¹⁴ aqui identificado essencialmente como o desenvolvimento de estratégias de sobrevivência, tem dois pressupostos: um é a aceitação da realidade, e o outro é a necessidade de autopreservação diante dessa mesma inóspita realidade(...). Parto do suposto de que os tipos de pensamento e de comportamento acima descritos encontram terreno fértil no interior a escola pública, formadora não de cidadãos conscientes (como prevê a LDB), mas de *hábeis estrategistas*.¹⁵ A escola forma, sim, indivíduos capazes de se movimentar habilmente num sistema marcado pela ausência de autoridade, pelo descrédito da lei e da ordem e pela instabilidade. (SOUZA, 2003, p.62).

Qual é o perfil do estudante atual? Quem é a sua família? Estas são as primeiras perguntas que precisam ser respondidas para que o educador saiba como lidar com as novas necessidades que diariamente lhe são apresentadas em sala de aula, além do desafio de ensinar os conteúdos curriculares.

(...) Em suma, o passado, representado na figura do professor, hoje pouco pode influir na orientação do presente vivido pelos jovens. O que prevalece é o presente, e o professor se vê sem condições de orientar ou dar conselhos aos seus alunos. (SOUZA, 2003, p. 25).

Ter o conhecimento do currículo para ensinar o que a criança ou o adolescente precisam saber é muito importante para um educador, no entanto atualmente o seu papel em sala de aula extrapola a função de detentor do saber apenas, seja quem for este educador, ele precisa estar ciente dos direitos e deveres que tem numa sala de aula para com seu público, conhecer o Estatuto e divulgá-lo em sala de aula, também se faz

¹³ Grifo da autora. SOUZA, 2003, p. 33.

¹⁴ Grifo da autora. SOUZA, 2003, p.62.

¹⁵ Idem. SOUZA, 2003, p.62.

necessário nos dias atuais, principalmente num país que embora tenha uma Lei que proteja a criança e o adolescente e lhes assegura o direito ao acesso e permanência na escola, ainda passa por questões que precisam ser amadurecidas para que tanto a criança quanto a família tenham este direito assegurado.

Em Duque de Caxias e São João de Meriti (RJ) foram impetradas três ações civis públicas que, de forma diversa, acabaram tratando da questão relativa à falta de vagas na rede pública de ensino e realizou-se um inquérito civil conjunto do Ministério Público Estadual e Federal. A primeira das ações datada de 20/05/1991, a segunda de 10/02/1992, a terceira de 18/02/1993 e o inquérito de agosto de 1993. A primeira refere-se a três crianças que não conseguiram efetivar suas matrículas no ensino fundamental, na cidade de São João de Meriti, sendo dirigida contra a Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro e a Secretaria de Educação e Cultura de São João de Meriti. A ação foi julgada procedente, garantindo-se a matrícula das três crianças. No ano seguinte, ação semelhante é proposta pelo Ministério Público contra o Estado do Rio de Janeiro e o Município de Duque de Caxias. Partiu-se da informação de que, com base em dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação havia no município 30.000 crianças sem escola e que, segundo organizações não-governamentais, tal contingente atingiria a 50.000 crianças. Além disso, não havia previsão para construção de salas de aula em número suficiente para atender a demanda. (OLIVEIRA, 1999, p.66).

Esta ainda é uma situação comum nas grandes cidades brasileiras, uma vez que a demanda aumenta ano a ano e a estrutura ainda se demonstra insuficiente.

No próximo capítulo, será apresentada a divulgação do Estatuto nas escolas, quais materiais existem para a divulgação do ECA numa linguagem mais didática uma vez que a legislação é densa e de difícil acesso para os alunos por conta da sua linguagem formal.

2.1. A escola, o professor e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Antes de falar sobre a relação entre Escola e Estatuto, é importante definir o que é a Escola. Nas palavras de (FERREIRA, 2004), a escola “é o centro de referência da questão assumindo o PROFESSOR papel de extrema relevância dentro deste contexto”.

Nesse caso o contexto citado pelo autor é o fato do Estado exercer um papel fundamental na organização e manutenção deste espaço chamado escola, para fazer valer as garantias de direitos e deveres apontados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Não é nova a informação de que o Estatuto precisa estar imbricado nas ações educacionais, tanto na garantia do acesso e permanência na escola, na valorização e proteção do menor, mas questiona-se como a escola e o seu público veem este documento que é o norteador, e, sobretudo o divisor de águas que transformou a escola do século XX norteando também as ações educacionais, em especial o Capítulo IV – Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer .

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem com participar da definição das propostas educacionais.

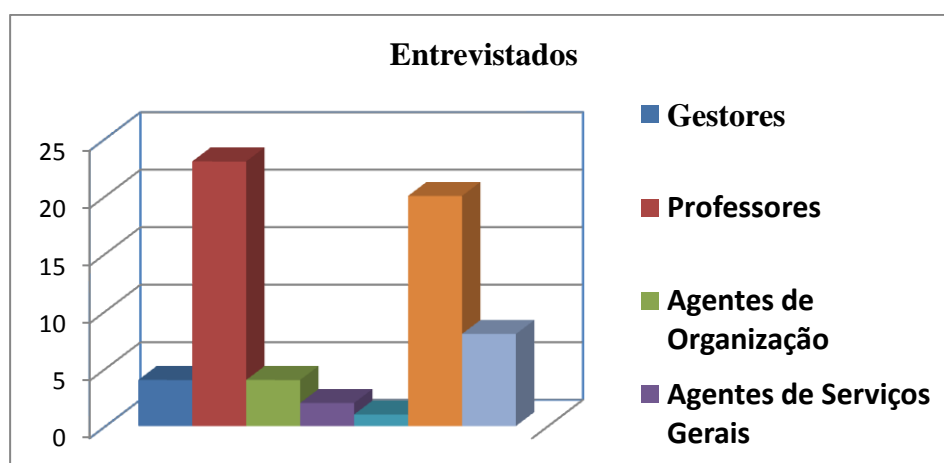
A partir do Estatuto, não é mais possível pensar escola ou ação educacional sem levar em conta a Lei nº 8.069/90, que norteia com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei nº 9.394/1996 a definição do currículo, da formação cidadã do aluno, da formação do professor, bem como o comprometimento de toda a comunidade escolar com a formação educacional da criança e do adolescente.

Para essa atuação faz-se necessário um profissional que além do domínio pleno do seu currículo, também tenha o conhecimento sobre os direitos e deveres das crianças e adolescentes as quais eles precisaram atuar na formação.

Em consequência, o binômio escola/professor exerce uma função mediadora, proporcionando, à massa, conhecimento, habilidade e pensamento crítico, de maneira a instrumentalizá-lo para a busca de uma cidadania plena. Agindo em conformidade com esses postulados, assume o professor o papel de agente social, comprometido com a mudança da sociedade. Vale ressaltar que, para atuar nesse sentido, sua formação como intelectual crítico reflexivo é de extrema importância. (FERRERIA, 2004).

Outro questionamento pode ser colocado em pauta, como por exemplo, o Estatuto é recebido na escola? Existe o acesso a este documento?

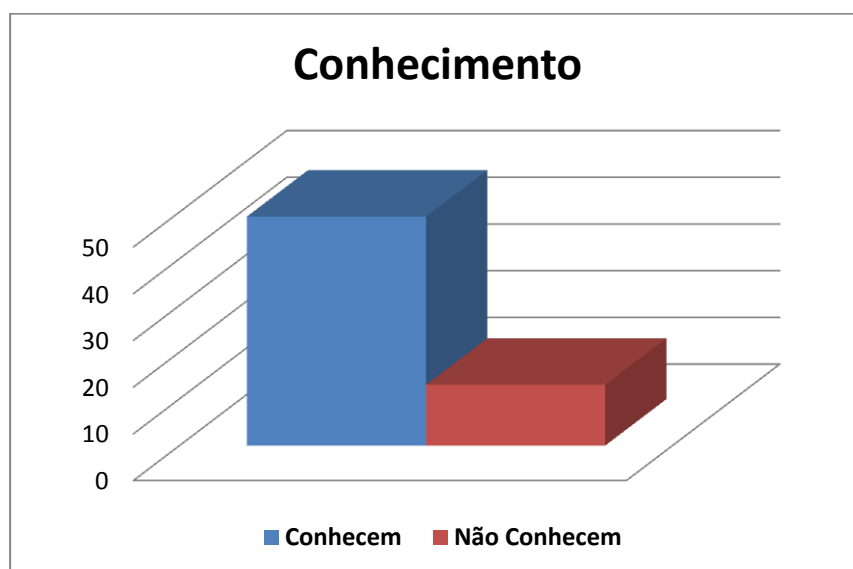
Num levantamento de informações realizado por mim, com diretores, professores-coordenadores, professores, funcionários, pais e alunos, ficou claro que o Estatuto é sim conhecido pela maioria, mas que a sua divulgação, bem como o seu acesso já não são tão praticados.



A maioria que respondeu ao questionário, diz ter conhecimento da existência deste Estatuto, diz ter ouvido falar sobre o ECA, mas que não teve acesso a ele, ou porque não existe um exemplar na escola e quando existe, ou está guardado ou é de acesso restrito e só é manuseado para consulta quando necessário, na aplicação de uma advertência ou num outro caso que diga respeito diretamente à vida escolar do aluno, principalmente em casos disciplinares, e até mesmo porque não teve interesse em manusear o mesmo.

Conhecê-lo? Alguns funcionários, professores e alunos já ouviram falar, mas a maioria nunca recebeu um exemplar ou pelo menos manuseou para saber como é e o que é, “(...) Haveria necessidade de uma análise da lei, não no aspecto jurídico, mas no

pedagógico, quando se evidenciassem os pontos de confluência entre o que foi normatizado e o que ocorre na escola e na sala de aula.” (FERREIRA, 2004, p.136).



O que acontece quando se fala no ambiente escolar sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente pode ser associado ao saber não sabido de Certeau (1998).

ECA existe, mas não há divulgação pelos educadores, as crianças não o conhecem, bem como os adolescentes e seus pais ou responsáveis, tomar conhecimento deste documento, como um instrumento a ser colocado em prática tanto para o cumprimento de seus deveres como aquisição de seus direitos é um dever que compete a todos os envolvidos com a educação formativa do cidadão.

Trata-se de um saber não sabido. Há, nas práticas, um estatuto análogo àquele que se atribui às fábulas ou aos mitos, como os dizeres de conhecimentos que não se conhecem a si mesmos. Tanto num caso como no outro, trata-se de um saber sobre os quais os sujeitos não refletem. Dele dão testemunho sem poderem apropriar-se dele. São afinal os locatários e não os proprietários do seu próprio saber-fazer. (...) Portanto, não pertence a ninguém. Fica circulando entre a inconsciência dos praticantes e a reflexão dos não-praticantes, sem pertencer a nenhum. Trata-se de um saber anônimo e referencial, uma condição de possibilidade das práticas técnicas ou eruditas. (CERTEAU, 1998, p. 143.)

Este também é o ECA; existe, mencionam, mas não se divulga o mesmo, nem no fazer da rotina em sala de aula, nem no exercício mais efetivo de sua aplicabilidade quanto público-alvo, aqui refiro-me ao município de Guarulhos onde o trabalho foi realizado, transpor este desafio e de forma natural fazê-lo acontecer dentro da sala de aula, imbricá-lo ao currículo escolar pode ser a ponte necessária para o

desentreve de algumas situações de vulnerabilidade, de dificuldade de aprendizagem, casos de violência que são refletidos dentro da sala de aula ou mesmo no ambiente escolar por conta de uma desestrutura familiar ou qualquer outra situação que a criança ou o adolescente podem estar passando, podendo ser percebido pelo professor e levado ao conhecimento dos órgãos responsáveis, tais como o Conselho Tutelar em prol da resolução de alguns problemas que podem ser dessa natureza.

(...) a necessidade de o ECA estar contemplado na sua formação, possibilitando melhor contato com a sua terminologia, seus princípios, enfim, uma melhor compreensão para a aplicação diária, pois os reflexos dela serão sentidos quando da atuação profissional. (FERREIRA, 2004, p. 155).

O Estatuto é de conhecimento de uma maioria que ouviu falar, que sabe que ele existe para “atrapalhar” o trabalho do professor, são comuns as falas pelos corredores ou na sala do professor, que refletem uma visão negativa deste instrumento, pois a mesma sociedade que outrora exigiu direitos à criança e ao adolescente, tais como o respeito e a proteção a estes indivíduos, hoje vê este documento como um agente facilitador de ações negativas cometidas por estes indivíduos. “Por outro lado, representa um tema pelo qual o ECA é frequentemente lembrado, como sendo uma lei que só estabeleceu direitos e esqueceu de prever os deveres e obrigações das crianças e dos adolescentes.” (FERREIRA, 2004, p. 157).

No entanto a situação não é esta, pelos fatos estudados na história da criança e do adolescente, dados da política social que envolve este público nesta retrospectiva dos séculos XIX e XX, atos de violência, abandono, exploração do trabalho infantil continuam existindo até os dias atuais, inclusive dentro de instituições que deveriam ter como objetivo a proteção, a reinserção destes à sociedade.

Partindo desses fatos, fica claro que um trabalho incisivo para a divulgação do Estatuto é sim necessário para o amadurecimento do mesmo, inclusive para entender se o documento como ai está é uma Lei que ainda pode sofrer alterações que sejam pertinentes à sociedade atual, uma vez que os hábitos mudam e a sociedade constrói uma identidade nova a cada fase da humanidade.

A criação do documento que outrora moveu vários membros da sociedade pode cair num conhecimento supérfluo como tantos outros, sem se concretizar como deveria de fato também na sociedade atual.

(...) Portanto, não pertence a ninguém. Fica circulando entre a inconsciência dos praticantes e a reflexão dos não-praticantes, sem pertencer a nenhum. Trata-se de um saber anônimo e referencial. (...) “as pessoas já sabem tudo” aquilo que, na sua posição de “suposto saber”, pode ou poderia permitir-lhes articular. (CERTEAU, 1998, p.143).

Este suposto saber sobre o que é o ECA, estas afirmações que a pesquisa apontou sobre a maioria ter o conhecimento do Estatuto, mas que não o manusearam seja por falta de interesse, seja pela falta de facilidade de obter um exemplar, é preocupante porque o mesmo fica no campo ideológico de que o documento foi criado para proteger os menores infratores que cometem delitos leves ou graves, atos de violência entre outros porque sentem-se protegidos e amparados pela Lei.

Logo, existindo um trabalho de divulgação, uma ação em conjunto com os órgãos competentes, todo este mal-estar causado pelo Estatuto poderia ser desfeito e o documento ser conhecido de fato.

(...) o professor deve conhecer os direitos previstos na Lei menorista para as crianças e adolescentes, a fim de prepará-los para exercer a cidadania, atuando como fator de mudança social. Se não conhece os direitos das crianças, o professor pode ser o primeiro a desrespeitá-lo, e, em vez de atuar em prol de uma sociedade cidadã, estará perpetuando um processo de exclusão que envolve este segmento da sociedade. (FERREIRA, 2004, p.161).

Em que isto mudaria a percepção da comunidade escolar em relação ao ECA? Uma vez divulgado e discutido o Estatuto da Criança e do Adolescente, entres os seus protagonistas e os profissionais que estão comprometidos com o fator ensino-aprendizagem e proteção destas crianças e adolescentes; os casos tais como, de abandono, de violência doméstica, de abuso sexual, de exploração pelo trabalho infantil, sairiam do campo ideológico e passariam a ser discutidos como pauta no cotidiano desta comunidade escolar, o conhecimento do que existe e para que existe pode auxiliar numa melhor relação entre estes jovens que aparecem ainda como o grande vilão e o agente causador dos índices de entraves sociais e educacionais, inclusive cometendo atos infracionais.

Conceber o aluno como sujeito de direitos é reconhecê-lo como um ser humano dotado de sentimentos e limitações. Respeitar sua condição como pessoa em desenvolvimento é compreender o processo de transformação e evolução por que passam a criança e o adolescente, proporcionando-lhes um tratamento adequado a cada uma destas fases. Destinatário de absoluta

prioridade revela que a criança e o adolescente devem receber um papel de destaque em qualquer ação escolar, ou seja, é colocá-los em primeiro lugar, como o centro da atuação profissional do professor. (FERREIRA, 2004, p.167).

Não há dúvidas sobre a necessidade de o professor estar atualizado em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em sua prática diária em sala de aula.

A atualização do professor precisa ter o ECA como objeto de estudo, não por uma questão apenas de ser a Lei que rege as normas de direitos e deveres de crianças e jovens no nosso país, mas principalmente pelo objetivo maior que é apresentado à sociedade em relação à Educação, formar a criança e o adolescente para que sejam cidadãos capazes de exercerem e cumprirem os direitos e deveres inseridos num contexto de sociedade que ainda que não seja totalmente justo, os mesmos saibam como lidar com situações que exigirão a sua competência não só no que diz respeito ao conhecimento escolar ou mesmo acadêmico, mas sobretudo no seu direito de ser um cidadão pleno e de exercer esta cidadania, tais como os direitos que outrora já foram explicitados nos artigos constitucionais brasileiros.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não pode mais ficar do outro lado do muro da escola, ele precisa ser inserido na atuação de todos os envolvidos no cenário educacional, e não apenas em ações de justiça restaurativa, como vem acontecendo atualmente no município de Guarulhos.

O Estado precisa exercer a sua parte no que diz respeito à criação de material para a divulgação da Lei nas escolas, fazendo cumprir a Lei 11.525/2007, que trata da obrigatoriedade da inserção de conteúdos que trabalhem o Estatuto no ensino fundamental.

É óbvio que não se trata de dar um exemplar do ECA para cada aluno e professor e fazer com que todos conheçam a legislação na ponta da língua, mas trata-se de divulgar, refletir, discutir, o porque de uma sociedade precisar de parâmetros normatizadores diretamente voltado para um público jovem.

O ideal seria, pelo menos no município de Guarulhos¹⁶, a criação de um espaço para a formação do professor que tivesse como preocupação uma pauta que elencasse o

¹⁶ A observação feita no texto em relação ao município de Guarulhos, ocorreu por conta do material analisado, ser em sua maioria divulgado na prefeitura de São Paulo e por conta de que nas entrevistas ter sido esclarecido que não circulam nas escolas materiais específicos para a divulgação do ECA.

Estatuto da Criança e do Adolescente como objetivo de uma formação efetiva tanto do professor quanto dos alunos, tal como, reuniões pontuais com o grupo de professores, que não sejam apenas os professores mediadores, para a reflexão e para o amadurecimento do mesmo, num segundo momento, reuniões pontuais com os grêmios estudantis, a fim de que os mesmos possam formar e dar opiniões, debater, refletir sobre seus deveres e direitos enquanto cidadãos que constituem uma parcela fundamental para a sociedade, enfim, a divulgação do ECA faz-se necessária entre os seus pares, pois precisa sair do campo das suposições e fazer parte da apropriação do seu público-alvo.

No próximo capítulo, serão apresentadas algumas formas impressas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reunidos por mim ao longo da pesquisa, será apresentado também uma divulgação *on line*, que consiste no Concurso Nacional “Os causos do ECA”.

3. AS FORMAS DE DIVULGAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O ECA está dividido em duas partes, sendo a Parte Geral I – Livro I que corresponde às disposições preliminares no qual ficam claros os direitos fundamentais da criança e do adolescente. A parte Especial – Livro II, que compreende as Políticas de Atendimento, contando ao todo com 267 (duzentos e sessenta e sete) artigos. No que diz respeito aos Direitos Fundamentais, o Livro I está dividido em três Títulos¹⁷.

As especificidades do Estatuto da Criança e do Adolescente visam à proteção e à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

As formas impressas do Estatuto da Criança e do Adolescente é sem dúvida um instrumento de grande importância, uma vez que promove o acesso à legislação que não só assegura seres humanos que estão vulneráveis aos mandos e desmandos tanto de seus responsáveis quanto da própria sociedade.

As primeiras formas impressas do ECA, são apresentadas em formato de legislação, contendo o texto da lei e seus objetivos, no entanto este material foi tomando forma, cor, significado maior do que somente apresentar a lei, foi criando identidade com o passar dos anos para atingir o seu público-alvo.

Durante a pesquisa houve a reunião de alguns exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente, que apresentam em sua impressão, diferentes formas quanto ao tamanho, capa, e acréscimo de conteúdos, algumas formas trazem somente a legislação como os exemplares distribuídos pela prefeitura do município de Guarulhos (2002), no estado de São Paulo, o exemplar da Fundação Casa (2010), distribuído pelo governo do estado de São Paulo e o exemplar mais recente do Conselho Dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA, 2010), incluindo o texto da Convenção dos Direitos da Criança; e o exemplar distribuído pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAIJ de Vitória – ES, 2010), que traz também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei – Federal nº 9.394/90, a Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, o Decreto nº 6.481/2008, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, artigos 402 a 405 e artigos 428 a 433 e a Lei Orgânica de Assistência Social – Lei Federal nº 8742/93.

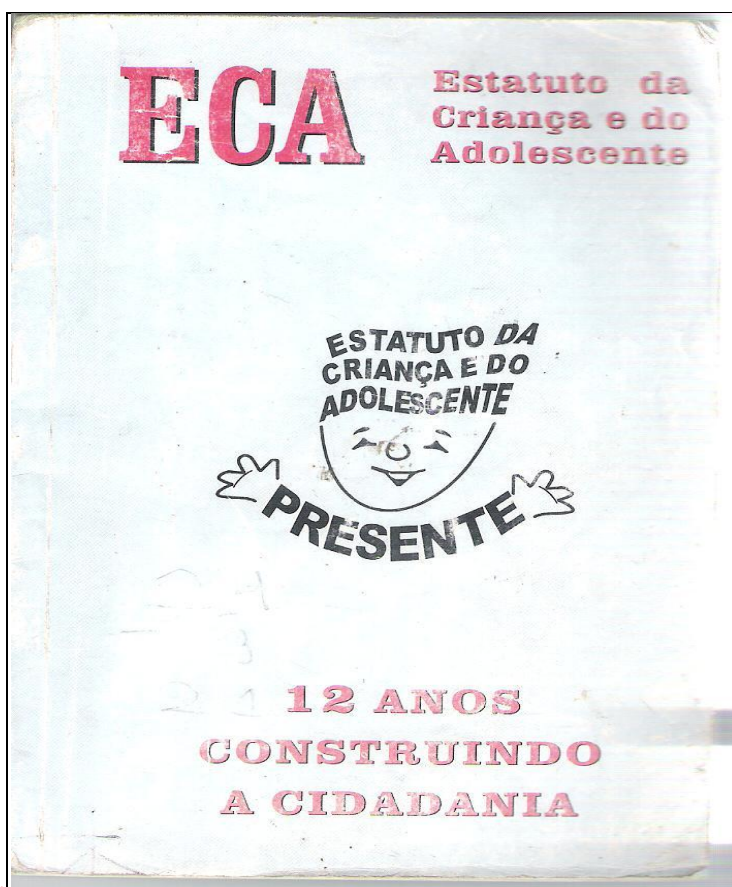
No primeiro exemplar, podemos observar a edição num tamanho bem menor que os demais, uma edição que a prefeitura de Guarulhos elaborou para

¹⁷ Ver quadro nas páginas 71,72 e 73,

comemorar os doze anos do Estatuto, traz um rosto com o tema e a palavra presente, que demonstra a presença do mesmo no município e o compromisso das autoridades responsáveis em sua divulgação.

A palavra ECA em caixa alta, na cor vermelha, e mais abaixo a frase “construindo a cidadania”, demonstrando a importância da lei na formação dos cidadãos, ao longo de suas 136 (cento e trinta e seis páginas), em folhas verdes e tipos pretos.

Figura1 - ECA



Fonte: (Prefeitura do município de Guarulhos-SP/2002).

O exemplar distribuído pela Fundação Casa em São Paulo, traz em sua capa uma diagramação que mostra crianças em diversas situações brincando, refletindo, praticando esporte e aparentemente uma silhueta com um instrumento musical.

Em tamanho um pouco maior, tal qual o tamanho de um caderno pequeno em brochura, traz o tema e a informação do ECA atualizado no ano de 2010, em páginas brancas, impresso em tipos da cor preta, também traz em suas 74 (setenta e quatro

páginas) somente a Lei nº 8.069/90. Ao analisar a capa deste impresso, ficam claras duas situações hipotéticas, a de que toda criança e adolescente tem o direito à liberdade, lazer, esporte e diversão (garantidos pela Lei 8.069/90) e a outro de que a Instituição Fundação Casa, apesar de ter um caráter de reclusão, estes direitos serão garantidos e praticados pela mesma.

Figura 2 – ECA Fundação Casa



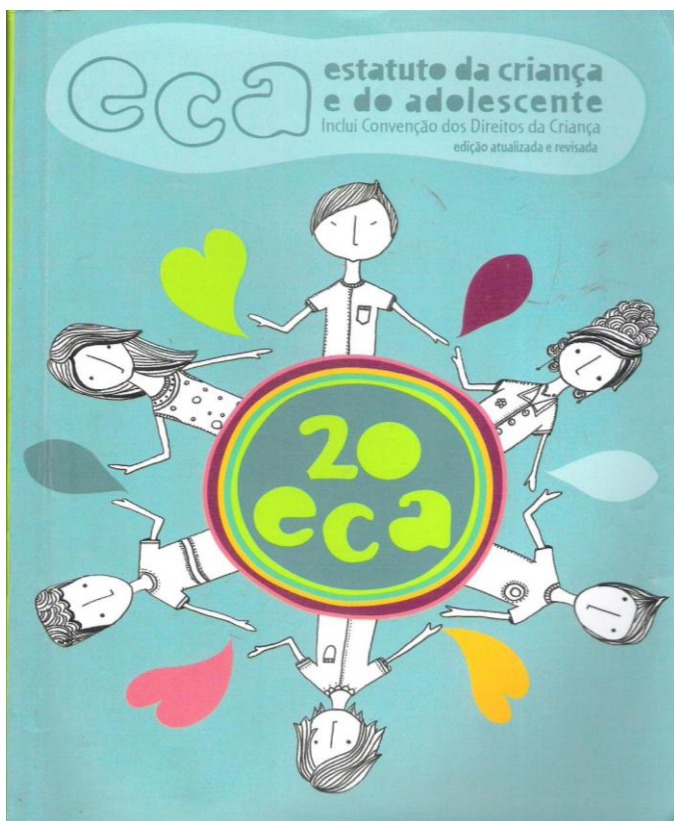
Fonte: (Publicação da Fundação Casa do Estado de São Paulo, 2010).

No terceiro exemplar, já é possível notar numa capa mais colorida, na parte superior o tema e a informação sobre o texto incluso, da Convenção dos Direitos da Criança, além da informação de ser uma edição atualizada e revisada. Bem ao centro, uma roda que lembra a brincadeira de ciranda, que é praticada por crianças com desenhos de crianças entre folhas coloridas e corações, sendo que as mesmas aparentam

diferentes etnias, pois apesar de serem todas em traços pretos e fundo branco, as características dos olhos, cabelos e vestes demonstram estas diferenças.

Em tamanho um pouco menor do que um caderno pequeno de brochura, traz em seu interior ao longo de suas 201 (duzentas e uma páginas), a legislação, a Convenção dos Direitos da Criança, Leis referente ao CONDECA e as Leis da Administração Pública.

Figura 3



(São Paulo, 2010).

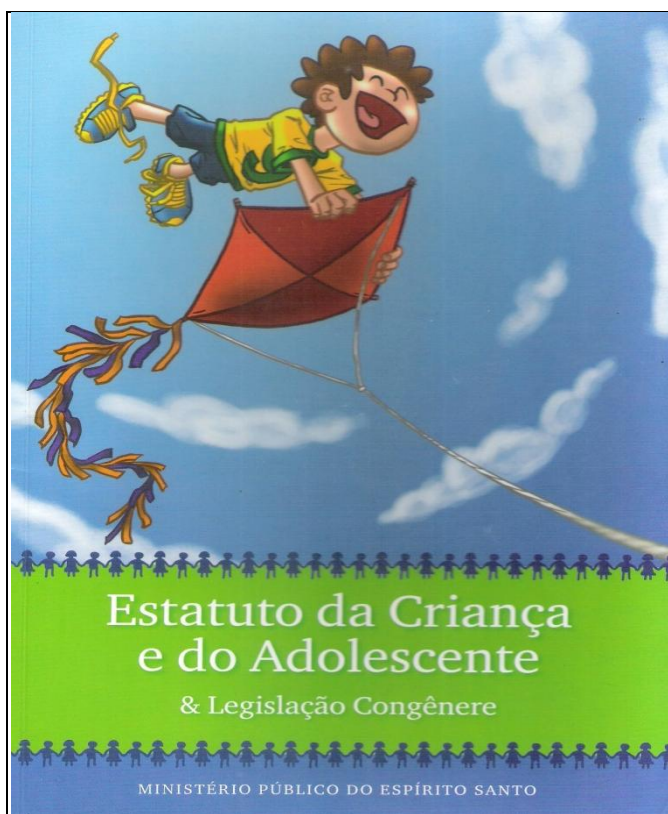
As cores são fortes, cítricas, as folhas em volta passam a impressão de que se boas sementes forem semeadas, bons frutos serão colhidos, e, quanto aos corações entre as crianças, deixam claro que além dos cuidados que todas as crianças requerem, independente de sua etnia, faz-se necessário o sentimento sublime do amor, pois todas as crianças precisam ser além de respeitadas, amadas. O número 20, acompanhando o tema ECA, refere-se aos vinte anos de existência do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na edição da prefeitura da capital do Espírito Santo, podemos observar que além das cores fortes, um menino voando com uma pipa colorida com o céu de fundo, o que

pode ser interpretado como se o Estatuto da Criança e do Adolescente fosse o caminho da liberdade, o garotinho sorrindo, demonstra a alegria de viver, da sensação de liberdade, enfim tudo o que a lei assegura à criança; abaixo o título e a informação de que há uma legislação congênere, neste caso a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Convenção de 182, o Decreto nº6.481/2008, a Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei Orgânica da Assistência Social; este exemplar foi distribuído pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo e pelo Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAIJ), no ano de 2010.

Impresso em páginas coloridas, com abas de separação entre o texto do Estatuto da Criança e do Adolescente e a legislação congênere, seu conteúdo está distribuído ao longo das suas 210 (duzentas e dez páginas), num formato do tamanho de um caderno de brochura e com a encadernação em brochura.

Figura 4



Fonte: (Exemplar do Estatuto, distribuído pelo Ministério Público do Espírito Santo, 2010).

As formas impressas do Estatuto estão presentes na sociedade de uma forma em geral, mas como acontece a divulgação deste material? Conforme foi descrito pela

conselheira Julia¹⁸ estes exemplares circulam entre os Conselhos Tutelares em um número muito restrito, e não chegam às mãos da comunidade escolar.

E segundo o próprio secretário da Educação do município de Guarulhos ainda faltam projetos e parcerias para a divulgação do mesmo no município.

Por outro lado existem outros exemplares no município de São Paulo que tomam formas de Histórias em Quadrinhos (HQ), que a prefeitura distribui para as escolas municipais, com a finalidade de divulgar o Estatuto, cumprindo a Lei. 11.525/2007.

A Lei que foi criada em 2007, consta na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – nº 9.394/96, na Seção III, Art.32, § 5º, observa a produção e distribuição de material com conteúdo do estatuto da Criança e do Adolescente.

O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e a distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 11.525, de 2007).

Observado esse parágrafo na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), fica claro que apesar do Estatuto ser uma lei e de estar diretamente ligada à criança e ao adolescente, ainda faltam ajustes para a sua circulação no principal território de acesso a este público-alvo, neste caso, a escola.

É importante ressaltar que esta é uma realidade das escolas do município de Guarulhos, tanto das escolas estaduais quanto das escolas municipais, conforme explicitado nas entrevistas anteriormente já apresentadas.

As formas impressas em cartilhas, em gibis, revistas, entre outras, tais como as formas apresentadas neste capítulo, apresentam-se de maneira menos densa, bastante colorida, trazendo uma linguagem mais simples, acessível e bastante didática, os gibis criados para um público mais juvenil, ilustrados de maneira alegre, com personagens bastante inusitados que fazem parte de um grupo de amigos, neste caso são duas edições, o gibi da turma da Mônica em edição especial, elaborada por Maurício de Sousa, no qual as personagens explicam o Estatuto da Criança e do Adolescente.

¹⁸ Vide pagina 23.

Figura 5



Fonte: (capa da primeira edição do gibi Turma da Mônica, 1995).

Este gibi foi criado com a parceria Maurício de Sousa Editora e o UNICEF¹⁹, têm como objetivo intensificar a divulgação dos direitos da criança e do adolescente, além de um canal interativo pelo *site*, que o UNICEF mantém com as crianças através de perguntas enviadas por *e-mails* e respostas publicadas no próprio *site*. “Mônica ajudará o UNICEF a defender os direitos das crianças, usando uma linguagem que permitirá que as crianças entendam melhor seus direitos a educação, saúde, proteção e carinho”, (Marie-Pierre Poirier, 2007).²⁰

Na ilustração da capa a personagem Mônica aparece apresentando o mapa do Brasil no qual os personagens criados por Maurício de Sousa representam caracterizadamente cada região do país; deixando muito claro o recado que o Estatuto vem deixar para a sociedade: não importa qual a etnia, qual a classe social, econômica ou naturalidade, todas as crianças e adolescentes têm os mesmos direitos e deveres.

A revistinha é apresentada em história em quadrinho, explora alguns temas os temas do ECA, tais como, o direito à saúde, o direito à liberdade, no que diz respeito à

¹⁹ Quando foi criado, em 1946, o UNICEF chamava-se Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância – em inglês, **United Nations International Children's Emergency Fund**.

²⁰ Marie-Pierre Poirier é representante do UNICEF no Brasil.

escolha de uma religião, no direito à diversão sadia, o direito à opinião política a partir dos dezesseis anos, à liberdade de expressão, o direito a ter uma família, tudo isto de forma clara e objetiva, demonstrando em seus quadrinhos situações e ações com as quais as crianças interagem facilmente, entendendo seus direitos e deveres, o material que serve para recreação, entretenimento, também pode ser utilizado com fins pedagógicos, uma vez que dá margem a uma discussão sobre o documento, tornando o resultado desta em produções escritas e ilustrativas num primeiro momento.

Os quadrinhos tratam além dos direitos e deveres, os cuidados que as crianças precisam ter, principalmente com as redes sociais além de ilustrar situações do cotidiano nos ambientes de convívio das crianças e dos adolescentes.

Fica claro que o que é abordado são apenas alguns artigos do Estatuto, talvez os que sejam mais compreensíveis e evidentes para as crianças, neste caso, não que os outros não sejam evidentes e importantes com o mesmo teor, mas por ser de âmbito municipal, o público-alvo destas unidades escolares são em sua maioria voltadas à educação básica dos anos iniciais de uma criança a sua vida escolar em sua formação cidadã.

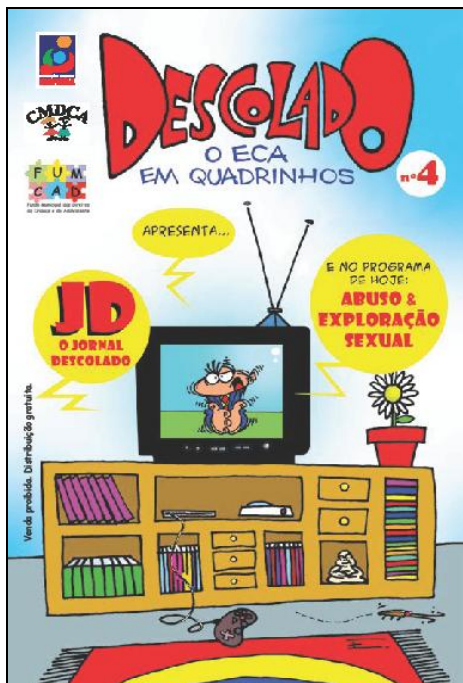
Desde 1994 existe a parceria Maurício de Sousa Editora e UNICEF, mas foi em 1995, no aniversário de cinco anos do ECA, através de um número incalculável de tiragens, sendo a sua distribuição de responsabilidade dos patrocinadores, e distribuído gratuitamente, não podendo então ser precisado o número de impressões por ano. Em 2012, foram duas reimpressões, sendo geralmente distribuídas em escolas da rede municipal de ensino de São Paulo, através de solicitações dos Conselhos Municipais, como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

São colaboradores dessas produções o Fundo de Assistência ao Estudante (FAE), Ministério da Educação (MEC), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), fato que deixa claro que o projeto acontece com parceria do governo federal e de instituições governamentais e não governamentais.

Outra forma impressa do Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda na linha de revistinhas infanto-juvenis, é o Gibi *Descolado o ECA em quadrinhos*, numa versão irreverente, colorida e apresentando uma linguagem clara, direta e de fácil apropriação por adolescentes, esta traz em seu conteúdo, histórias que podem ser comparadas a fatos reais vivenciados por crianças e adolescentes em nossa sociedade, o gibi esclarece

direitos e deveres, apontando possíveis soluções, apresenta as instituições que são responsáveis por fazer o Estatuto acontecer na prática.

Figura 6 – Gibi Descolado



Fonte: (Descolado, 2006).²¹

Com cores fortes, personagens irreverentes, moradores da periferia, que desde cedo conhecem os riscos da vulnerabilidade social, seu criador, Edson Peliecer²² faz valer os direitos das crianças e dos adolescentes e leva ao conhecimento do seu público-alvo, as histórias que fazem parte da vida real destes personagens fictícios, como personagem central é possível identificar o *Descolado* que é um jovem que vivencia os mais prováveis conflitos que um adolescente pode passar, desde a vulnerabilidade social por ser de uma família pobre, até os conflitos de frequentar uma escola, ser aceito por um grupo de amigos, enfim, uma edição muito especial para divulgar o Estatuto, a publicação trimestral é resultado de uma parceria da Fundação Projeto Travessia com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de São Paulo, e financiado pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FUNCAD) de São Paulo, sua distribuição gratuita chegou a 50 mil exemplares impressos.

²¹ As capas dos outros números estão em anexo nas páginas 86, 87, 88 e 89.

²² Paulistano do bairro da Mooca, artista plástico, educador social, quadrinhista, criou, escreveu, desenhou, coloriu e carregou pacotes e mais pacotes da revista *Descolado*, o ECA em Quadrinhos, gibi distribuído gratuitamente por todo o país, criado com o objetivo de enfim tornar conhecido e respeitado o Estatuto da Criança e do Adolescente. Trabalhou como educador social por aproximadamente 10 anos, quando adquiriu prática na interpretação e aplicação do ECA.

No número 1 do gibi, o tema abordado é sobre proteção integral, a história se passa com dois meninos com vidas paralelas, a princípio, totalmente opostas, porque um deles sofre violação dos direitos, como trabalho infantil, e o outro têm os direitos respeitados.

No número 2 da revista em quadrinhos o assunto abordado é sobre o tema da educação, fazendo uma comparação entre a escola ideal e a escola "na real", na qual seus personagens passam por situações de violência, de déficit de aulas, por falta de professores, convivem num espaço já desgastado por falta de manutenção, enfim, situações que são facilmente relacionadas à realidade de muitos jovens que dependem da Educação Pública no nosso país.

No número 3, a edição aborda questões delicadas como idade penal, situação de risco e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), mostrando não só os direitos mas também os deveres que os adolescentes têm cada vez que agem em desacordo com a lei.

No número 4, a edição trata da questão do abuso e exploração sexual sofrida por menores de idade, deixando claro que existem órgãos que tem como dever auxiliar a criança ou o adolescente que se encontram nestes casos ou em casos semelhantes a estes.

Outro fato que chama a atenção é a presença do professor Paulo Freire à frente da turma do personagem Descolado, o nome do professor foi escolhido pela grande contribuição deste filósofo, patrono da Educação e, sobretudo educador brasileiro, que tanto para a linha pedagógica que é instituída pela Secretaria da Educação.

O motivo do projeto “Gibi *Descolado o ECA em quadrinhos*” apresentar apenas quatro edições, deu-se porque os temas a serem abordados foram indicações do CMDCA, esgotado os temas solicitados, foram esgotadas também as publicações do gibi, no entanto a Fundação Travessia disponibiliza os exemplares um número bem menor, na verdade são exemplares remanescentes, que ainda existem, para qualquer pessoa, desde que apresente um projeto justificando o interesse pela aquisição gratuita dos exemplares para um trabalho voltado à discussão do ECA com crianças, adolescentes e com a comunidade em geral.

Descolado, Raí, Ditinha e Nina, compõem um quarteto do barulho que faz valer os seus direitos e buscam melhorias para a comunidade onde vivem e melhorias para a escola onde os mesmos estudam tais como a formação de um grêmio estudantil com a

ajuda do professor Paulo Freire, que está sempre disposto a ouvir e auxiliar estes jovens em seus desafios cotidianos.

No final de cada edição há uma espécie de bate-papo com a galerinha, esclarecendo dúvidas, verdades e mentiras sobre o Estatuto, com certeza uma forma muito expressiva de divulgar a lei 8.069/90.

Duas situações ficam muito claras neste ponto da pesquisa, uma que é muito preocupante, porque deixa claro que apesar da importância do Estatuto, o segundo maior município do Estado de São Paulo, Guarulhos, não tem ainda uma política eficaz de divulgação deste documento, o que reflete de forma negativa.

Como fica claro nas falas tanto da conselheira Júlia “(...) o Conselho Tutelar deveria dar estes exemplares para a divulgação e não tem(...)”. Quanto do Secretário da Educação, professor Moacir de Souza, “não existe ainda um trabalho específico, na Educação Municipal de Guarulhos quanto à divulgação do ECA através de cartilhas, panfletos, material impresso.”

Um dado relevante, refere-se ao fato que temas que aparecem em evidência nas atuais estatísticas e que são temas constantes de debates e fóruns promovidos tanto pelo Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) como do Conselho Nacional da Justiça (CNJ), tais como, a violência infantil, o número de crianças e adolescentes em abrigos brasileiros, o efetivo direito à uma Educação de qualidade, a exploração do trabalho infantil e a violência sofrida pelos mesmos, seja no âmbito doméstico ou no quadro da violência sexual estão sendo divulgados através de materiais lúdicos que auxiliam a sociedade como um todo a entender melhor o papel ainda tão mal divulgado deste documento chamado ECA.

3.1 A divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – o concurso nacional – “os causos do eca”

Outra forma de divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente que é feita pela Fundação Promenino²³ para encaminhar tanto a criança como o adolescente a um convívio mais seguro e que ajuda no combate ao trabalho infantil, expondo situações e desenvolvendo a conscientização através da legislação, bem como, concursos de casos verídicos, nos quais seus protagonistas mudaram a sua história de vida, é o concurso “Os causos do ECA”.

“Causos do Eca” é um concurso literário e cultural que tem por objetivo visibilizar o Estatuto da Criança e do Adolescente enquanto instrumento de transformação de vida e efetivação dos direitos. Promovido pelo portal RISOLIDARIA, desenvolvido pela ANDI e coordenado, organizado e executado pela equipe CEAT/FIA.

Qualquer pessoa pode participar do concurso que acontece em duas categorias, ECA como instrumento de transformação de vida e ECA na escola. A inscrição é *on-line*, gratuita, sendo que a participação do menor de 18 anos tem que ser autorizada por escrito pelos pais ou responsáveis. Os quinze semifinalistas terão a veracidade de sua história comprovada, inclusive com testemunho de terceiros, então o Comitê escolhe cinco autores finalistas e só um é vencedor. Os cinco finalistas²⁴ terão seus “causos” publicados e receberão uma coleção de livros definida pela Coordenação do concurso. O primeiro lugar terá como prêmio um computador, os direitos de imagem são do Portal Promenino sem nenhum ônus; “a decisão tomada pelo Comitê de Avaliação é soberana e irrecorrível”. (CAUSOS DO ECA, 2005).

Após os relatos, a Fundação publica os textos e numa parte especial deste livro, relaciona a história com os artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre os quais especialistas de diversas áreas dão o seu parecer perante a situação, levando o leitor a uma reflexão da história e, sobretudo, ao conhecimento do Estatuto.

²³ A rede **Promenino Fundação Telefônica** é uma iniciativa da Fundação Telefônica|Vivo que busca contribuir para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes e combater a exploração do trabalho infantil. A partir das novas tecnologias da informação e da comunicação (TICs), a rede procura disseminar conteúdos e informações, conectar pessoas e promover a mobilização da sociedade em prol da causa. Os objetivos da rede são conscientizar os cidadãos em relação aos direitos da criança e do adolescente, como a importância da erradicação do trabalho infantil, fortalecer os atores do Sistema da Garantia de Direitos para que desempenhem seu papel de forma mais eficaz e eficiente e utilizar as TICs a favor dos direitos do público infanto-juvenil e contra a exploração do trabalho infantil.

²⁴ Citando como exemplo a premiação para o primeiro concurso realizado no ano de 2005.

Esta forma de divulgação que se dá através do concurso, abrange todo o Brasil, provocando na população de algumas cidades, ações participativas de planejamento junto ao Conselho Tutelar, ao Conselho de Direitos e à Secretaria de Assistência Social destas regiões.

Outro aspecto muito importante é o comentário de especialistas que fazem uma reflexão no final de cada história sobre qual artigo foi aplicado, qual ação se enquadrou melhor em determinada situação de vida do protagonista da história, ações que podem tornar ainda melhor a solução encontrada, enfim, o ponto de vista de profissionais que estão diretamente ligados tanto à realidade como quanto os problemas ainda enfrentados pelas famílias de crianças e adolescentes de todo o nosso país, bem como os próprios que muitas vezes encontram-se numa situação de risco.

O concurso que começou em 2005²⁵, conta até o momento com sete publicações, sendo: *Tramas da Vida* (2005), *Histórias em retrato* (2006), *História de todos nós* (2007), *Uma história puxa outras* (2008), *Sua história é a nossa história!* (2009), *Muitas histórias, um só enredo* (2010) e *Histórias que tecem a rede* (2011).

Após 2011, não houve mais publicações sobre o referido concurso, em contato pelo *site*, no *link*, fale conosco, não obtive sucesso sobre maiores detalhes do mesmo, até o fechamento desta pesquisa.

A Fundação Telefônica (www.fundacaotelefonica.org.br) foi criada no Brasil em março de 1999 e responde pelas ações sociais do Grupo Telefônica no país. (...)Agora denominada Fundação TelefônicaVivo, a instituição possui linhas de atuação voltadas para o acesso à educação, a melhoria da qualidade educativa e a divulgação do conhecimento. A Fundação desenvolve iniciativas de combate ao trabalho infantil, estímulo ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação na educação e aprendizagem, de desenvolvimento local e voluntariado empresarial, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento social das comunidades onde a empresa atua. A rede Promenino é desenvolvida pela Fundação TelefônicaVivo em parceria com o Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (CEATS), programa da Fundação Instituto de Administração (FIA), entidade sem fins lucrativos conveniada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP). (www.fundacaotelefonica.org.br. Acesso em: 22/02/2013).

As histórias induzem à reflexão sobre os maus-tratos, abuso-sexual, desestrutura familiar, envolvimento com o tráfico de drogas, exploração pelo trabalho infantil, entre outras que felizmente, na maioria dos casos tem um desfecho feliz, mas que nos remete

²⁵ Ver ilustrações na página 79 a 85.

ainda a uma realidade cruel quando nos permitimos refletir no quanto ainda precisamos nos envolver em causas que fortaleçam o Estatuto da Criança e do Adolescente a garantir efetivamente o direito à dignidade dos protagonistas do futuro deste país.

Ao estudar os relatos e as histórias premiadas neste concurso, deparei-me com situações muito próximas da minha realidade como educadora, e não podia omitir estes exemplos da minha pesquisa, pois falar do Estatuto da Criança e do Adolescente é falar também da dura realidade sob a qual alguns destes protagonistas da infância e da adolescência estão inseridos.

Kadu, com seus dez anos que pareciam menos, filho de mãe alcoólatra e pai desconhecido, já repetia pela terceira vez a primeira série. Não dominava a escrita nem a leitura, contudo surpreendia a maneira como ele prestava atenção às aulas, sua rapidez nos cálculos mentais e a forma terna com que se referia a mim. Ternura que, por sinal, ele só dispensava para a "tia" da escola, pois quando era provocado pelos outros alunos, urrava como um pequeno leão. (SCHUMAKER, 2008, p.79. In: Uma história puxa outras, "Causos do Eca", São Paulo, 2008).

Quantos "Kadus" estão na rede pública de ensino, ocupando o seu lugar que é de direito no banco escolar, mas que também pedem socorro através daquilo que consideramos apenas defasagens na aprendizagem ou atitudes indisciplinadas? Não é possível estimar no momento, porém o que não pode mais acontecer é que os mesmos sejam invisibilizados por conta de ações que eles não provocaram nem têm participação direta, são apenas vítimas, mas que a escola também precisa dar conta, não sozinha, pois para isto existe o Conselho Tutelar, que neste caso tem poder de ação direta para protegê-los de realidades como estas.

Assim, mesmo sem o apoio da direção da escola e sem conseguir convencer outra professora a me acompanhar até a sede do Conselho Tutelar de Tanguá, fui até lá e fiz a denúncia do caso. O conselheiro relatou que já tinha conhecimento sobre Kadu, porém era a primeira vez que alguém buscava aquele órgão para dizer que o garoto era inteligente e que deveria voltar à escola. (...). Kadu foi procurado em casa. Foi então constatada a negligência de seus responsáveis e a deterioração do ambiente familiar, e ele foi levado para um abrigo. Foi matriculado em uma escola próxima ao local onde estava vivendo e pela primeira vez conseguiu completar o ano letivo. Foi aprovado! (SCHUMAKER, 2008, p.80-81. In: Uma história puxa outras, "Causos do Eca", São Paulo, 2008).

Apesar das dificuldades enfrentadas pela professora, neste caso, ela sensibilizou-se com a realidade de Kadu e acabou dando um norte para a vida do garoto, além de contribuir para o seu desenvolvimento e para a sua segurança quanto a integridade física, a partir do momento em que faz a denúncia ao Conselho Tutelar; esta também é uma ação que está prevista no desenvolvimento do trabalho do professor.

Apresenta-se para a escola, hoje mais do que nunca, a necessidade de assumir-se como espaço social de construção dos significados éticos necessários e constitutivos de toda e qualquer ação de cidadania. Cada criança ou jovem brasileiro, mesmo de locais com pouca infra-estrutura e condições socioeconômicas desfavoráveis, deve ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários para o exercício da cidadania para deles poder usufruir. (PCN, 1998, p.27).

O Estatuto da Criança e do Adolescente não aparece de uma forma explícita, ainda nas ações escolares, conforme o relato da educadora Roseli Alves Schumacker, muitos professores descobrem o Estatuto num momento de precisão, porque ouviu falar, encontrou um exemplar por acaso na biblioteca, ou porque alguém trouxe para casa, como foi neste caso.

Eu já tinha virado a casa de pernas para o ar! Se alguém chegasse naquele instante, talvez pensasse que alguma espécie de tsunami havia passado por lá. – Amor, você viu onde está? – perguntei ao meu marido, enquanto me sentia meio "atolada" com tantos papéis espalhados pela sala. – Onde está o quê? – Aquele seu livro. Como se chama mesmo? O Estatuto... Aquele que você ganhou naquele curso... Epa! Acho que sei onde está! É claro, por que não lembrei antes? Eu mesma havia guardado o exemplar novinho, que meu esposo recebera num curso para educadores, oferecido meses antes, na cidade do Rio de Janeiro. (SCHUMACKER, 2008, p.79. In: Uma história puxa outras, Causos do Eca, São Paulo, 2008).

“E lá estava ele o tempo todo, junto com os outros livros separados para levar à escola. É bem verdade que era uma publicação pequena, letras miúdas, encadernação simples e sem o requinte dos best-sellers,” (SCHUMACKER, 2008). É a esta situação que eu estou me referindo, perfeitamente ilustrada por uma história verídica vindo de uma educadora, que atua numa rede pública de ensino, na cidade do Rio de Janeiro.

A importância da divulgação do ECA no ambiente educacional. Apresentar a Lei, debater, também no horário destinado à formação do professor, uma vez que existe a Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), é importante.

O que é pensado a respeito deste Estatuto? Qual diferença ele pode fazer na vida de seus protagonistas ou em ações que são tomadas por educadores quando um aluno se apresenta na condição do “Kadu”? Estas respostas tornam importante a divulgação do Estatuto.

Quando se planeja uma aula, quando se estuda o currículo, quando se discute o planejamento semestral ou anual, implicitamente o Estatuto está presente.

Também em ações pontuais como a participação da comunidade escolar (gestores, professores, funcionários, pais e alunos) na elaboração do Regimento Escolar, em reuniões de Conselhos de Escola ou Conselhos de Classe e Série, entre outras, mas com o objetivo de apropriar-se do documento, tocá-lo, estudá-lo, discuti-lo, tanto nos espaços de formação, tais como Atividade de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), Reuniões de Pais e Mestres, ou mesmo Reuniões Pedagógicas, saber que formato ele tem, se é positivo ou não, enfim, este momento não fica claro e acaba refletindo na discussão de outros especialistas que se deparam em situações de conflitos na escola e percebem que o professor desconhece parcialmente ou totalmente o documento.

Na entrevista realizada com a professora Maria Aparecida Nascimento Barretos²⁶, a mesma esclarece que o ECA é a base comportamental e humana, e que o mesmo foi criado para defender a criança e o adolescente, no entanto o documento não se faz presente com o ênfase que deveria entre professores, pais e alunos.

O ECA não é compreendido e não é aceito, ele é a base para o desenvolvimento saudável da criança. A escola representa o Estado, portanto a criança também é responsabilidade do diretor, do professor, enfim dos profissionais que fazem parte da escola. (Informação verbal).

Este também é ponto de vista que aparece nas palavras de uma das organizadoras do concurso “Causos do ECA”.

Outras situações pontuais que estão presentes no cotidiano escolar e que aparecem no contexto educacional são o preconceito racial, social, de gênero, que provocam conflitos entre crianças e adolescentes, no entanto, torna-se menos difícil quando há o enfrentamento do problema e, sobretudo esclarecimento destes fatos, com o objetivo de resgatar a autoconfiança, a autoestima de crianças e adolescentes.

Este é mais um exemplo pautado no concurso “Causos do Eca”.

²⁶ Dirigente Regional de Ensino da Diretoria Guarulhos Sul.

É difícil separar apenas um momento entre as mais de 1.000 histórias recebidas para este 6º Concurso Causos do ECA, mas o relato apresentado por Mirian Teresinha Zimmer Soares, chamado “ECA com Boneca!”, dá uma ideia de como o Estatuto da Criança e do Adolescente ainda precisa ser mais conhecido, inclusive entre aqueles que trabalham com educação. Só depois de iniciar o processo de recuperação da autoestima dos alunos de uma escola de periferia gaúcha é que os atores da educação notaram que estavam aplicando o Estatuto. Ao estudá-lo, perceberam que muito mais ainda podia ser feito. E tudo começou por causa de uma boneca! (EQUIPE PORTAL PROMENINO, 2010).

Entendendo a necessidade de trabalhar o conceito de cidadania numa sala de aula do ensino fundamental I, a ideia de uma professora para desenvolver esta atividade de maneira lúdica entre os seus repercutiu de uma forma que ela mesma não esperava, e para a sua surpresa ocorreu de um jeito totalmente interativo e principalmente positivo.

A partir de uma boneca negra²⁷ que exibia um sorriso lindo, a professora Mirian Teresinha percebeu que o ambiente escolar se tornara mais sadio, tranquilo, uma vez que promovendo um concurso para dar uma identidade à boneca, mobilizou toda a escola através de ações que nortearam uma pesquisa sobre diferenças raciais, culturais e religiosas, contemplando os temas transversais de forma lúdica, elevando a autoestima dos alunos além de sugerir a prática da democrática da cidadania de todos os envolvidos.

Isso é, por suposto, bastante plausível em nossas ações como educadores, coragem para arriscarmos um trabalho diferente, apropriarmo-nos do instrumento que temos, neste caso, o Estatuto da Criança e do Adolescente sem receios ou preconceitos, afim de se não transformarmos pelo menos darmos nortes para que os jovens que constituem a nossa sociedade saibam que estão amparados e protegidos pela Lei, que podem sim exercer os seus direitos, tendo o dever de serem protegidos pelas instituições Família, Sociedade e Estado, que para aqueles que vivem em situação de abandono, vulnerabilidade social, existem meios de mudar a sua história e para dar oportunidades àqueles que já se encontram numa situação segura de participarem de projetos ou de ações que demonstrem com propriedade o protagonismo juvenil em ação em seu meio social.

Com este trabalho a possibilidade de demonstrar que o Estatuto é um grande aliado dos profissionais da Educação deverá ficar claro. Possivelmente a variação nas formas de divulgação do ECA, seja ela impressa ou *on-line*, possa se revelar como

²⁷ Uma das histórias publicadas em “Os causos do ECA”, com o tema “Eca com boneca”, no 6º concurso.

estratégia importante para que seu conteúdo ganhe maior evidência também em sala de aula.

A forma de divulgação criada pela Fundação Promenino, contempla não somente seus protagonistas, como a sociedade, na forma de participação efetiva do Estatuto, advogados, professores, líderes comunitários, agentes da Saúde, enfim um público diversificado que direta ou indiretamente é responsável pelo desenvolvimento saudável destas crianças e adolescentes.

Outra situação que chamou a atenção analisando os números publicados por este concurso é o relato de uma situação que aconteceu na comunidade de Chié, em Recife. Narra-se uma história como tantas outras, de miséria, abuso sexual, mas que com ações de ONGs e da Unidade Básica de Saúde (UBS) da região, obteve um desfecho que mudou a história de vida dos seus protagonistas.

Esta história faz parte da primeira edição do concurso em 2005, que recebeu o título de “Tramas da vida”.

(...) E o que é a redemocratização nacional num país em que quase a metade da população ainda vive abaixo da linha da pobreza, cerca de 78 milhões de habitantes? Realidade do Chie e da vida de dona Amara, mulher de um dente só e sorriso largo. Mulher abrigada num casebre quase sem teto e de barro batido, dividido com um gabiru esquisito. Mulher de fomes, mulher catadora, pedinte, mãe de três filhos e esposa. Mulher como tantas outras brasileiras que margeiam a beirada do esgoto e da miséria. Dona Amara, mãe de Francisca, 15 anos, Olavo, 12, e Nete, 18. Família excluída, perseguida, violentada e desmoralizada. Que tem como bicho de estimação “um gabiru de papo inchado”. Que sofre com a perseguição dos vizinhos por queimar lenha e lixo dentro de casa na tentativa de cozinhar os alimentos doados. Violentada pelo preconceito à pobreza e à esquizofrenia de uma das filhas. Desmoralizada pela intolerância diante do menino sem limites, sem educação, “baderneiro”, e de um pai, possivelmente violentador. (...) Para essa família, naquele momento, o ECA serviu como um instrumento transformador, estava sendo cumprida sua função social. Igualmente transformadores foram a solidariedade comunitária, o empenho dos profissionais envolvidos (ONG e OG) e, fundamentalmente, a força, a coragem e o desejo de dias melhores que imperam nos corações e nas atitudes de homens e mulheres, sobretudo nos corações de tantas “Amaras”, anônimas de fome e esperança. (SANTOS, 2005, p.17-19).²⁸

Ações sérias, assistência especializada, trabalhos em conjunto, sociedade, profissionais da área da Saúde, Educação e Segurança, precisam ser capacitados,

²⁸ SANTOS, Conceição. Um sorriso de esperança. In: 1º Concurso “Causos do Eca”, 2005, Olinda-PE.

formados, para lidar com situações que requerem a garantia de uma vida saudável, íntegra, seja a prioridade para a criança ou adolescente, seja qual for o seu nível numa escala social, bem como a assistência, instruções e resgates de famílias que algumas vezes tornam-se reféns da própria incapacidade de lidar com situações de fragilidade, por conta do desemprego, da baixa-estima, de enfrentamentos impostos pela invisibilidade social.

Faz-se necessário assegurar o que é realmente direito da criança e do adolescente e do que é dever da família para garantir esses direitos, começando pelos órgãos que fazem o Estatuto da Criança e do Adolescente ser assegurado na sociedade inclusive, e um destes agentes asseguradores também pode ser a escola.

Este relato é mais um do concurso “Causos do ECA”, que ocorreu em “Histórias em retrato”, publicado em 2006.

Então, Bia ligou para o Conselho. Quando eles apareceram, a mãe conversou, pediu uma nova oportunidade, prometeu que mudaria seu comportamento e que cuidaria dos filhos, o que não cumpriu. Na cidade de Aquidauana, manteve-se mendigando e bebendo, e, em Anastácio, optou por abandoná-los. Não ficou claro se nas escolas onde Bia estudou falavam sobre o Conselho Tutelar para todas as crianças ou apenas para ela, por sua aparência de maus-tratos, fome abandono e desamparo. Assim, constatou-se que foi de suma importância na vida desses irmãos o conhecimento sobre esse dispositivo de proteção e amparo à criança e ao adolescente. (SALES, Iponina Lubas. Anastácio - MS, Tocando em frente, 2º concurso Causos do Eca. 2006).

Não é possível imaginar quantas crianças têm a mesma história de “Bia” e do seu irmão, e com um final feliz, mas pode-se ter a certeza de que o ECA é importante no amparo legal, nos subsídios que fornece aos órgãos como o Conselho Tutelar para que seus conselheiros possam fazer a diferença na vida destas crianças, que muitas vezes têm a sua infância ceifada, quando não a própria vida.

Outra edição do concurso que recebeu o título de “Histórias de todos nós”, mostra a luta de uma mãe, que segundo a advogada que cuidou do caso, teve a família destituída pelo fator socioeconômico.

Neste caso e em situações análogas, vê-se a elevada eficácia jurídica do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na linha de proteção e defesa, bem como suas diretrizes para balizar as ações empreendidas, alcançando a efetivação de direitos. O ECA operacionalizou uma enorme e positiva modificação na vida de pessoas fragilizadas, dando-lhes a voz e garantia de

seus direitos. No momento em que se discute nacionalmente a importância da preservação dos laços familiares, por meio do Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária²⁹, o caso de Mara e suas filhas pode ser visto como exemplo de mudança de paradigma, pois dá relevância aos afetos e procura fortalecer as famílias fragilizadas frente à brutal desigualdade social de nosso País. (MENINE, Alda Pinto. Porto Alegre – RS, advogada. 3º causos do ECA, em busca de um direito, 2007).

Numa entrevista com o juiz da Vara da Infância e da Juventude de Guarulhos, doutor Iberê de Castro, este é um fator que não pode ocorrer.

O ECA é um conjunto de artigos, normas que disciplina a forma como se deve cuidar de crianças e de adolescentes. Para a integridade dos mesmos, não é importante só a condição financeira, mas principalmente a condição social, a condição moral, como família irá educar, formar esta criança ou adolescente numa ambiente saudável e seguro. (Informação verbal).

Sobre a divulgação do Estatuto de forma *on line*, mais uma vez fica claro, a importância do conhecimento sobre o mesmo, a divulgação deste instrumento para a vida social tanto da criança quanto do adolescente é de fundamental importância.

Não há dúvida quanto a família ser a primeira instituição responsável pelo desenvolvimento e bem-estar da criança e do adolescente, mas cabe também a escola um papel fundamental na formação dos mesmos, sendo para isto de suma importância nos dias atuais, a prática educacional estar atrelada à divulgação do Estatuto, o que também na visão de Iberê de Castro, não acontece de forma direta mas em ações sublimadas; “o ECA não é cumprido em sala de aula, não é ensinado, talvez apareça subliminarmente em algumas ações”³⁰.

A importância da existência de materiais que divulguem o Estatuto, bem como a diversidade deste material impresso é clara; não é possível falar sobre o mesmo sem que haja o conhecimento formal, o manuseio, a explanação dos direitos e deveres que constituem o ECA.

Está claro também que não é viável escrever um Estatuto colorido, numa linguagem menos formal, mas com um conteúdo com o qual a sociedade não se

²⁹ A fundamentação para elaboração do Plano se justifica pela necessidade de uma política de Estado, conforme se depreende da leitura do conjunto de ações que são propostas para ser desenvolvidas no período de 2007 – 2015. É importante ressaltar que várias ações já estão em curso sob a responsabilidade dos governos Federal, Estaduais, Distrito Federal e Municipais.

³⁰ Informação verbal, do juiz doutor Iberê de Castro da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Guarulhos.

identifique, até porque o conjunto de leis, de artigos, apresentados no próprio Estatuto não é pouco, pelo contrário, é bastante extenso.

No entanto, há sim uma obrigatoriedade de transformar a Lei 11.525/07 numa prática real, no município de Guarulhos.

Assim também deve ser este material que deverá chegar às escolas e, posteriormente, às mãos da comunidade escolar; uma vez que, faz-se necessário a aquisição do mesmo para o entendimento real do que é este Estatuto e o que ele representa para a sociedade e, principalmente, na vida das crianças e dos adolescentes da nossa sociedade.

Ter um material específico, que seja dividido em números, ou em edições que abordem o conteúdo do Estatuto, de forma lúdica, de fácil compreensão e, sobretudo acessível a todos, é uma ação que poderá após a sua discussão, amadurecer a visão da sociedade em relação dos direitos que garantem e defendem a integridade física, emocional, psicológica da criança e do adolescente, bem como esclarecer quais são também os deveres destes.

O foco atual de ensino-aprendizagem das escolas está voltado ao desenvolvimento da leitura e escrita do seu público-alvo, portanto criar materiais que possam auxiliar de forma lúdica este ao desenvolvimento só acrescentará positivamente mais um acervo que irá auxiliar este ensino-aprendizagem, mesmo que este material seja o Estatuto numa versão menos densa, mais enxuta do que é a Lei 8.069/90.

O Estatuto da Criança e do Adolescente surge da mobilização da sociedade civil e do Estado que tinha na época e continua tendo atualmente a obrigação de garantir o lugar social da criança e do adolescente em nossa sociedade, isto foi concretizado, no entanto, ainda faz-se necessário auxiliar na compreensão deste Estatuto, uma vez que a visão que ainda impera é que o instrumento legal que foi criado para contribuir positivamente na formação dos jovens, põe em dúvida se a sua aplicabilidade tem um viés positivo ou negativo, quando colocado em prática a favor de crianças e adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente durante a elaboração deste projeto, bem como conhecer como surgiram no país, leis que tiveram como objetivo proteger e assegurar não só os direitos das crianças e os adolescentes, mas, esclarecer os seus deveres, uma vez que os mesmos durante séculos apresentavam-se em situações de total abandono e vulnerabilidade, tornou-se importante por conta de entender melhor como surge o ECA em nossa sociedade, trazendo à tona o seu objetivo, as suas garantias e, sobretudo a visibilidade que ele proporciona tanto às crianças quanto aos adolescentes, independente da sua classe social, da sua etnia, cultura ou religião.

Saber que crianças e adolescentes atualmente são visibilizados como cidadãos na sociedade atual, é importante, no entanto outra situação que não pode deixar de ser levada em conta é que o fato de existir uma Lei que protege o menor em situação de risco e até mesmo de extrema vulnerabilidade, tendo órgãos, tal como o Conselho Tutelar que é o mais próximo de assegurar os direitos adquiridos, por que o Estatuto ainda sofre tanta resistência no que diz respeito a sua disseminação, a sua divulgação principalmente nos territórios educacionais?

A maioria dos documentos analisados para a elaboração deste projeto deixou muito claro que o ECA é sim conhecido e legitimado em nossa sociedade, porém o mesmo ainda sofre uma certa resistência no que diz respeito ao seu completo entendimento, até porque o Estatuto assegura sim os direitos mas também esclarece os deveres.

No próprio município de Guarulhos, conforme as entrevistas e questionários apresentados, o Estatuto não é objeto de formação do professor, não é objeto de estudo e reflexão entre o corpo docente em sua totalidade, bem como com a comunidade escolar; existem momentos de reflexão e discussão sobre o ECA, mas acontece em espaços reduzidos, em reuniões pontuais, principalmente sobre disciplina, no entanto, sabe-se que o Estatuto ultrapassa estes limites.

Ainda há a necessidade de se ampliar o assunto polêmico que é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), principalmente nas escolas do município de Guarulhos tanto nas escolas municipais quanto nas escolas estaduais.

Parcerias com os conselhos que assistem ao ECA, tais como o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselhos Tutelares, entre outros ainda precisam amadurecer uma discussão tanto com a Secretaria Estadual da Educação quanto com a Secretaria Municipal da Educação, para a aplicabilidade e efetivação da Lei nº 11.525/07, que já foi explicitado no projeto e que tem como tema a obrigatoriedade do ensino sobre assuntos do ECA no ensino fundamental com a distribuição gratuita de material adequado para tal.

Esta situação ainda não se aplica no município de Guarulhos, pois para divulgação do mesmo, não encontrei em nenhuma das escolas visitadas, nem mesmo nas Diretorias de Ensino e Secretaria da Municipal da Educação, qualquer material que pudesse ser compreendido como material de divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), inclusive em algumas escolas estaduais o Estatuto nem existe.

Assim sendo, torna-se difícil a disseminação do mesmo, não só para o conhecimento e reflexão entre os próprios alunos, como principalmente, para a formação dos profissionais e, sobretudo professores, já que são os profissionais que lidam diretamente como o público-alvo ao qual o ECA é totalmente destinado.

Nenhuma dúvida pairou ou paira sobre a importância desta Lei para as crianças e adolescentes da sociedade, no entanto a teoria mantém uma distância imensa sobre a prática, haja visto, as atuais campanhas sobre a questão de denúncias sobre abusos contra crianças e adolescentes, tais como, exploração do trabalho infantil, exploração e abuso sexual que são cometidos diariamente contra crianças e adolescentes no Brasil.

A confecção e distribuição de materiais que possam circular em escolas, Unidades Básicas de Saúde (UBSs), Conselhos Tutelares, Diretorias Regionais de Ensino, enfim a divulgação do Estatuto ainda é algo que precisa acontecer efetivamente entre a comunidade e a escola para total aprofundamento do assunto e entendimento sobre o mesmo no que diz respeito sobre os direitos que toda criança e todo adolescente têm e também os seus deveres.

Ter um norte claro sobre como desenvolver a plena cidadania de crianças e adolescentes através de sua formação educacional é latente atualmente e explícita na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96; o que precisa ainda é ser efetivado em sala de aula, o professor precisa ter claro este conteúdo também, e para isto faz jus ao seu espaço de formação, saber o que é o Estatuto e porque ele precisa ser estudado e discutido com os alunos, independente da modalidade de ensino na qual se encontram.

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi criado para defender os direitos e apontar os deveres de crianças e adolescentes na nossa sociedade, portanto o ECA existe, faz parte da vida de crianças e adolescentes há vinte e três anos e faz-se necessário ainda a sua aplicabilidade, a sua divulgação e sobretudo reflexão sobre quais são os direitos e deveres reais que uma criança ou um adolescente têm durante a sua formação, inclusive o direito à própria formação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é o documento mais importante na vida do jovem que compreenda a idade de 0 à 17 anos, onze meses e vinte e nove dias; o mesmo precisa ser divulgado na mesma proporção de sua responsabilidade com o seu público-alvo.

Saber que autoridades tanto no campo da Educação quanto no campo da Segurança têm um ponto de vista em comum sobre a relevância do mesmo é de suma importância para a sua divulgação, no entanto o que falta no município de Guarulhos é um material próprio e adequado para que a sua divulgação seja efetivada com a seriedade e respeito que merece.

Sendo o ECA o instrumento que assegura a proteção contra todo e qualquer ato de violência, seja de qual natureza for contra crianças e adolescentes, o mesmo precisa ser discutido e divulgado com a relevância que merece por toda a sociedade, independente de qual seja a sua parcela de responsabilidade com a formação cidadã de crianças e adolescentes, uma vez que muitos dos entraves de aprendizagem estão relacionados também à maneira como a criança e o adolescente são tratados em casa.

Não é nenhuma novidade os maus tratos que ainda se fazem presentes em nossa sociedade contra crianças e adolescentes, inclusive algumas situações de negligências sobre os direitos dos mesmos, principalmente quando se trata de maus tratos e atos de violência cometidos contra seres que não podem defender a si mesmos, portanto compreender melhor a Lei 8.069/90 e, sobretudo tornar a discussão e a reflexão sobre a mesma uma prática não só em territórios educacionais mas na sociedade como um todo é uma prática que precisa ser ampliada cada vez mais, pois muitos foram os desafios para se chegar ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e maior ainda é o número de crianças que vivem ainda em situações de extrema vulnerabilidade neste país.

Sendo a escola o primeiro território de socialização educacional da criança e, principalmente a base de sua formação para exercício pleno de sua cidadania, nada

deveria ser mais comum do que o ECA se fazer presente através de materiais específicos e de distribuição gratuita para a sua total divulgação com materiais adequados a faixa etária de cada criança e jovem que percorrem este território, com a intenção de não só diminuir estas situações de vulnerabilidade extrema, tais como violência sexual, violência doméstica, exploração do trabalho infantil, entre outras, mas também erradicá-la de uma vez por todas em nosso país.

FONTES

Causos do ECA. Promenino Fundação Telefonica. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.promenino.org.br/CausosdoECA/tabid/56/Default.aspx>. Acesso em 17/07/2012.

ESPÍRITO SANTO. **Estatuto da Criança e do Adolescente & Legislação e Congênere.** 2010.

GUARULHOS. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Agosto de 2002.

PELICER, Edson. **Descolado O ECA em quadrinhos.**São Paulo, 2007 Vol.1-4.

SÃO PAULO. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** 2010.

SÃO PAULO. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Junho de 2010.

SOUZA, Maurício de. **A Tuma da Mônica em: O Estatuto da Criança e do Adolescente.** Editora Maurício de Sousa.São Paulo- SP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel, FREITAS, Maria Virgínia de, SPÓSITO, Marília P. **Juventude em debate**. 2ª ed – São Paulo: Cortez, 2002.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1984.

BENÍTEZ, Raúl. **FAO: Brasil reduziu a fome em dois milhões de pessoas nos últimos 3 anos**. Dados do IBGE. Disponível em:

<http://www.onu.org.br/fao-brasil-reduziu-a-fome-em-dois-milhoes-de-pessoas-nos-ultimos-3-anos/>.

Acesso: 10/12/2012

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente** e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

BRASIL. Lei ordinária 11.525, de 25 de setembro de 2007. **Diário Oficial [da] União**. Ministério da Educação MEC, Brasília, DF, 25 set. 2007. P 1. Disponível em:

http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.525-2007?OpenDocument.

Acesso: em 11/07/2013.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997. V.10. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>.

Acesso: 26/11/2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Introdução.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Temas Transversais.

BUORO, Andréa Bueno... [et. al], **Violência urbana, dilemas e desafios**. São Paulo: Atual, 1999.

CARVALHO, André. **Direitos do Homem e Direitos da Criança**. Belo Horizonte: Lê, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis, Editora Vozes, 3ª ed., 1998.

CNJ Conselho Nacional da Justiça. Disponível em:
Portal **CNJ** - **CNJ** traça perfil dos adolescentes em conflito com a Lei www.cnj.jus.br >
Acesso: 05/01/2014.

Cresce o número de professores mediadores nas escolas estaduais. Disponível em:
<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/mais-educadores-mediadores-menos-conflitos>
Acesso: 17/02/2014.

Estatuto da Criança e do Adolescente ganha versão em quadrinhos. **Amai-vos News**, São Paulo, 2012. Disponível em:
http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=10686&cod_canal=38
Acesso: 10/03/2013.

FERREIRA, Luiz Antônio Miguel. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o professor: reflexos na sua formação e atuação**. São Paulo, Unesp, 2004. 223p.

FREITAS, Marcos Cézar de, BICCAS, Maurilane de Souza. **História Social da Educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

LEITE, Ligia Costa; Meninos de Rua. **A infância excluída no Brasil**. São Paulo: Atual, 2001.

LORENZI, Gisella Werneck. **Uma Breve História dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil**. Disponível em:
http://www.cmdcamacaerj.gov.br/download/capacitacao_conselheiro/historia_dos_direitos_da_crianca_e_do_adolescente.pdf
Acesso: 17/02/2013

OLIVEIRA, Romualdo Portela. **O direito à Educação na Constituição Federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de Justiça**. Revista Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, 11 p. 66, Ago. 1999.

PILOTTI, Francisco, RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças: a história das políticas públicas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 12.469, de 22 de dezembro de 2006. **Diário Oficial [do] Estado de São Paulo**, Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, São Paulo, 23 dez. 2006. Seção 1, p.3. Disponível em:
<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/129750/lei-12469-06-sao-paulo-sp> .
Acesso: 27/11/2012

SOUZA, Giselle. **O Brasil tem mais de 33 mil crianças e adolescentes acolhidas em estabelecimentos**. Disponível em:
<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/15354:brasil-tem-mais-de-33-mil-criancas-e-adolescentes-acolhidas-em-estabelecimentos>.
Acesso: 19/03/2013

SOUZA, Regina Magalhães de. **Escola e juventude: o aprender a aprender**. São Paulo: EDUC/Paulus, 2003.

ANEXOS

TÍTULOS DO ECA – PARTE GERAL – LIVRO I

Das Disposições Preliminares – Título I

Dos Direitos Fundamentais - Título II

1. Do Direito à Vida e à Saúde – Capítulo I

2. Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade – Capítulo II

3. Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária – Capítulo III

4. Da Família Natural – Seção I

5. Da Família Substituta – Seção II

6. Da Guarda – Subseção II

7. Da Tutela – Subseção III

8. Da Adoção – Subseção IV

9. Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer – Capítulo IV

10. Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho – Capítulo V

Da Prevenção – Título III

11. Da Prevenção Especial – Capítulo I

12. Da Informação, Cultura, Lazer Esportes, Diversões e Espetáculos Seção I

13. Produtos e Serviços – Seção II

14. Da Autorização para Viajar - Seção III

PARTE ESPECIAL – LIVRO II

Da política de Atendimento – Título I

1. Disposições Gerais – Capítulo I

1. Das Entidades de Atendimento – Capítulo II

2. Disposições Gerais – Seção I

1. Da Fiscalização das Entidades - Seção II

Das Medidas de Proteção – Título II

2. Disposições Gerais – Capítulo I

3. Das Medidas Específicas de Proteção – Capítulo II

Da Prática de Ato Infracional – Título III

4. Dos Direitos Individuais – Capítulo II

5. Das Garantias Processuais – Capítulo III

6. Das Medidas Sócio-Educativas – Capítulo IV

7. Disposições Gerais – Seção I

8. Da Advertência – Seção II

9. Da Obrigação de Reparar o Dano- Seção III

10. Da Prestação de Serviços à Comunidade – Seção IV

11. Da Liberdade Assistida – Seção V

12. Do Regime de Semi-Liberdade – Seção VI

13. Da Internação – Seção VII

14. Da Remissão – Capítulo V

Das Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsável – Título IV

Do Conselho Tutelar – Título V

1. Disposições Gerais – Capítulo I

2. Das Atribuições do Conselho – Capítulo II

3. Da Competência – Capítulo III

4. Da Escolha dos Conselheiros – Capítulo IV

5. Dos Impedimentos – Capítulo V

Do Acesso à Justiça – Título VI

1. Disposições Gerais – Capítulo I

2. Da Justiça da Infância e da Juventude – Capítulo II

3. Do Juiz – Seção II

4. Dos Serviços Auxiliares – Seção III

Dos Procedimentos – Capítulo III

Disposições Gerais – Seção I

1. Da Perda e da Suspensão do Poder Familiar – Seção II
3. Da Destituição da Tutela – Seção III
4. Da Colocação em Família Substitutiva – Seção IV
5. Da Apuração de Ato Infracional Atribuído a Adolescente – Seção V
6. Da Apuração de Irregularidades em Entidade de Atendimento – VI
7. Da Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteção à Criança e ao Adolescente – Seção VII
8. Da Habilitação de Pretendentes à Adoção – Seção VIII
9. Dos Recursos – Capítulo IV
10. Do Ministério Público – Capítulo V
11. Do Advogado – Capítulo VI
12. Da Proteção Judicial dos Interesses Individuais, Difusos e Coletivos

Dos Crimes e Das Infrações Administrativas – Título VII

1. Dos Crimes – Capítulo I
2. Disposições Gerais – Seção I
3. Dos Crimes em Espécie – Seção II
4. Das Infrações Administrativas – Capítulo II

Disposições Finais e Transitórias (Artigos 259 a 267).

Questionário aplicado aos alunos

Nome: _____ Idade _____ Série: _____

Escola: _____

1. Você conhece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

() Sim

() Não

2. Você já teve algum contato com exemplares do ECA na escola?

() Sim

() Não

3. Você tem algum exemplar do ECA em casa?

() Sim

() Não

Obrigada pela participação.

Questionário dos diretores, vice-diretores, professores coordenadores professores e funcionários da escola

Nome:_____função:_____

Escola () Municipal () Estadual

1. Você conhece o ECA?

() Sim () Não

2. Você costuma consultar o ECA?

() Sim () Não

3. O acesso na escola aos exemplares é fácil?

() Sim () Não

Obrigada pela participação.

Questões elaboradas para a entrevista com a Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Ensino Guarulhos Sul
--

1. Qual a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente para a Educação?
2. Na sua opinião o ECA está presente entre os alunos e sua família? De que forma?
3. Os professores costumam discutir o ECA nos espaços pedagógicos da Diretoria, tais como, Oficina Pedagógica, reuniões pontuais de professores coordenadores?

Questões elaboradas para a entrevista com o Juiz da Vara da Infância e Juventude do município de Guarulhos

1. Qual a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente para a Sociedade?
2. Na sua opinião o ECA está presente na sala de aula?
3. Juízes, promotores e advogados, discutem o ECA em qual momento?
4. Existe algum projeto que proporcione a discussão dos direitos e deveres da criança e do adolescente na sociedade que seja aplicado dentro da esfera educacional promovido pela Vara da Infância e da Juventude de Guarulhos?

Questões elaboradas para a entrevista com o secretário da Secretaria de Educação do município de Guarulhos e para a conselheira do Conselho Tutelar de Guarulhos

1. Qual a importância do ECA para a Educação?
2. O ECA está presente na sociedade e na escola municipal de forma em geral?
3. Existem estratégias conjuntas entre a Secretaria da Educação e o Conselho Tutelar para a disseminação do ECA?
4. Existe algum tipo de projeto entre prefeitura e Estado para discutir os direitos e deveres das crianças e adolescentes, bem como suas respectivas famílias na sociedade civil e educacional?

Capas do concurso “Causos do ECA”

CAUSOS DO ECA
“TRAMAS DA VIDA”

Estatuto da Criança e do Adolescente no cotidiano

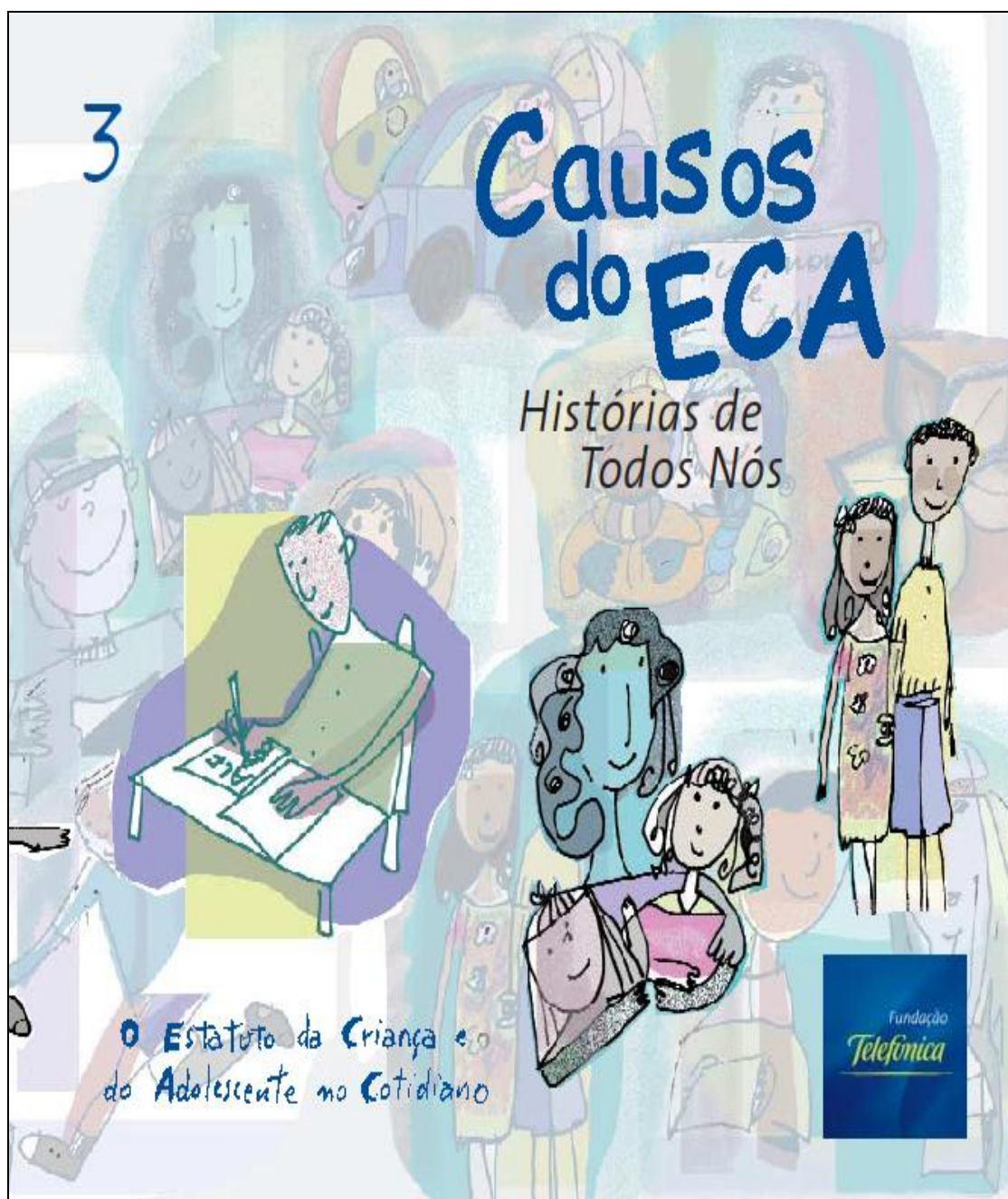
**Fundação
Telefônica**

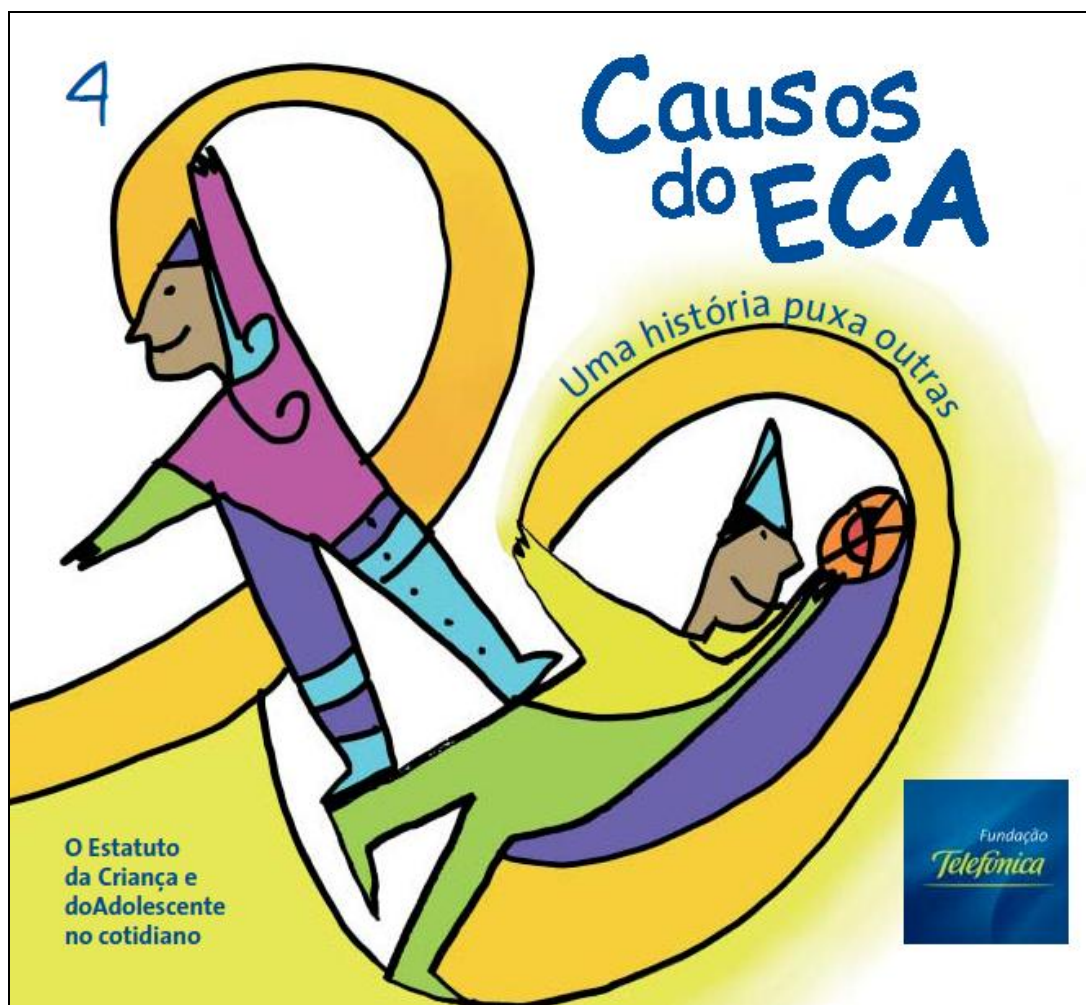
Não há final melhor para uma história do que um final feliz. Neste livro, apesar de estarem relatadas realidades de vida muito difíceis em regiões diversas do país, frequentemente vividas por famílias pouco estruturadas, os finais das histórias são capazes de nos trazer alento, principalmente por serem todas histórias verídicas, e não ficções, romances ou crônicas. É importante para todos nós conhecer Alessandro, de Porto Velho, Rondônia, que desde os 10 anos viu sua infância tomar outro rumo: passou a consumir drogas, envolveu-se com tráfico e roubo. Passou seis meses sob o regime de internação e depois seguiu para a liberdade assistida. Revolta? Não. Preferiu mudar novamente sua trajetória: decidiu ser orientador de jovens que estivessem em liberdade assistida.

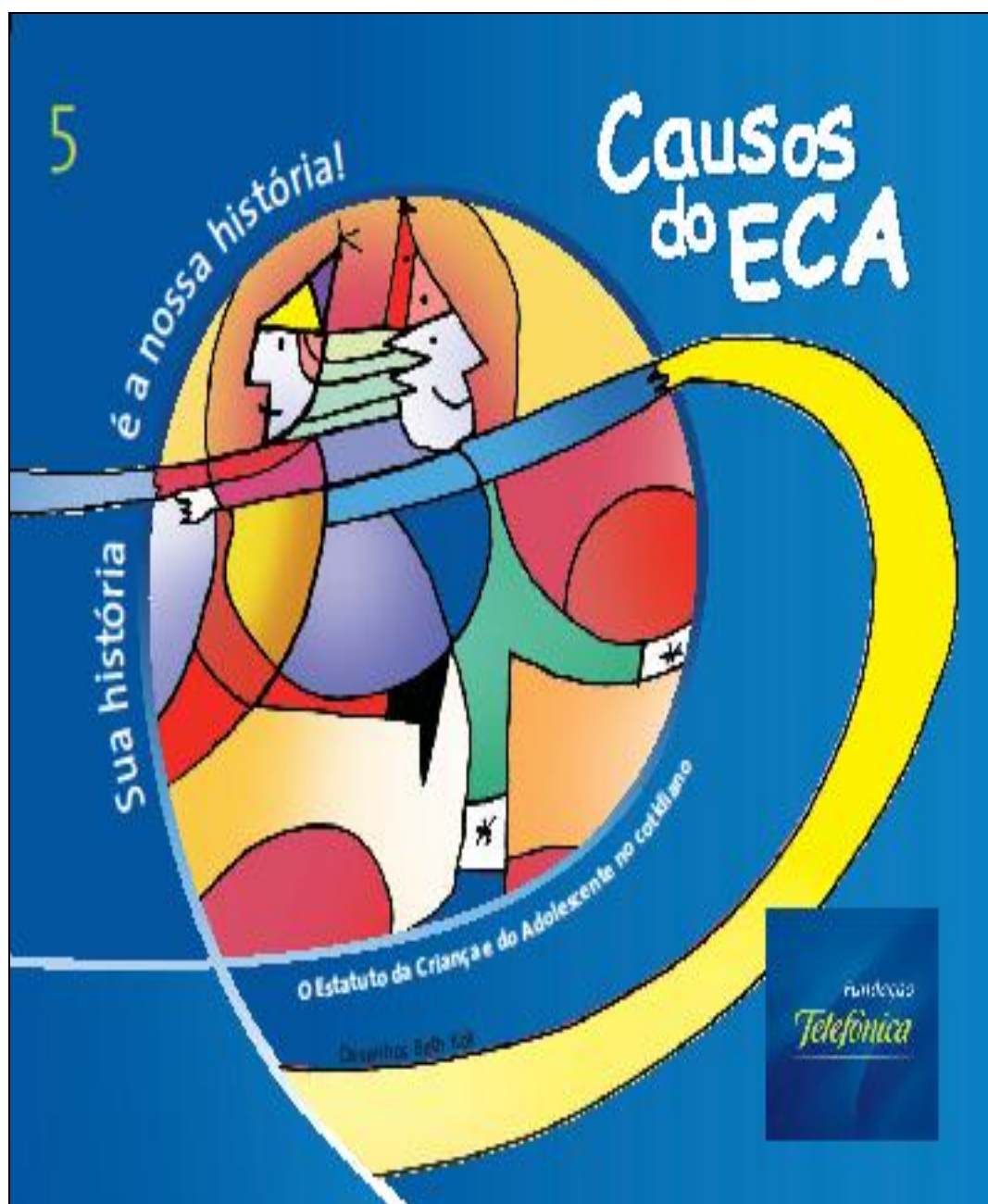
Alessandro, Kamila, Cicero e outros tantos brasileiros, de diversas faixas etárias, são os personagens centrais das mais de 120 histórias que nos foram enviadas. A resposta positiva que recebemos do público a este concurso nos faz reforçar a sensação de que o trabalho que desenvolvemos por meio do portal *ViSolidária* está no caminho certo. E que ainda há muito mais a ser feito. Mãos à obra!

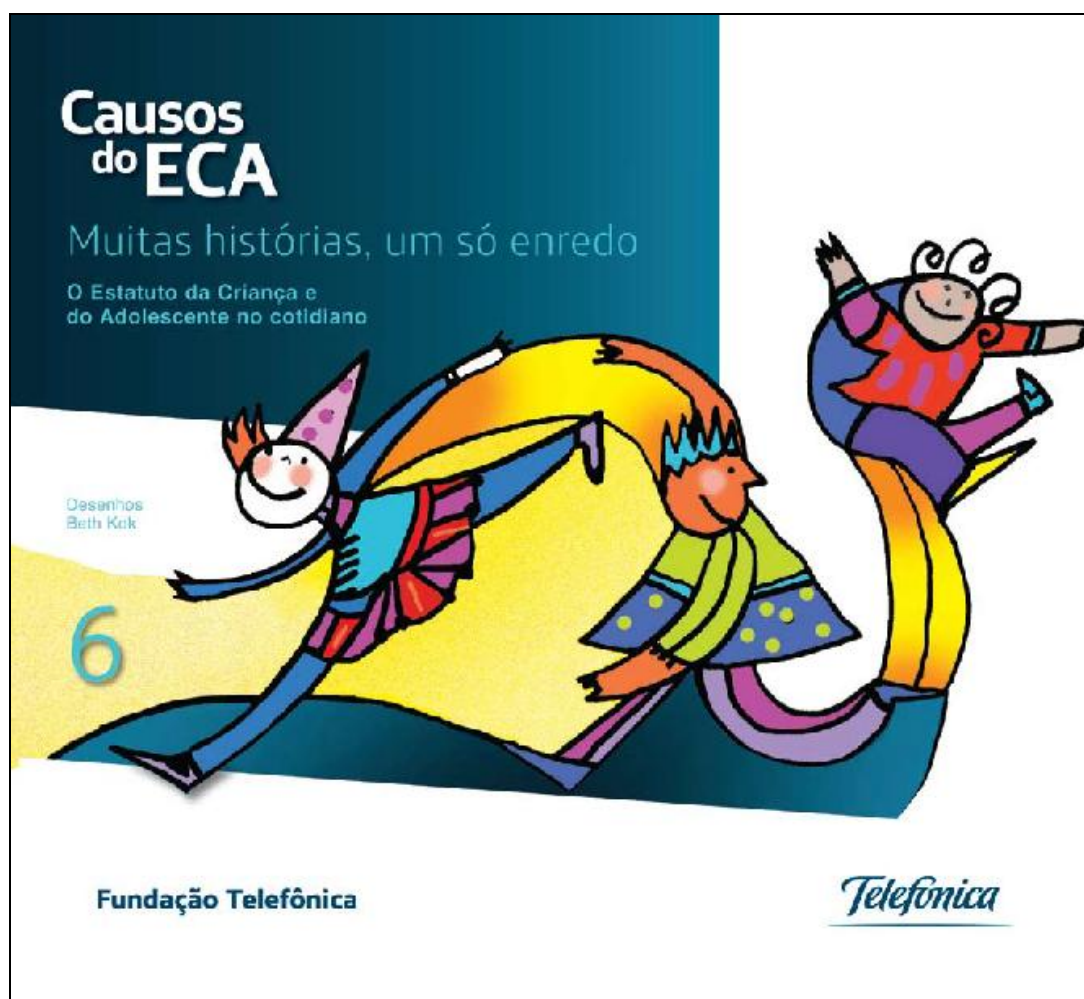
Sérgio Mindlin
Diretor Presidente da Fundação Telefônica











Causos do ECA

Histórias que tecem a rede

O Estatuto da
Criança e
do Adolescente
no cotidiano



Fundação Telefônica

Telefônica

vivo

Capas do Gibi Descolado “O ECA em quadrinhos”

